

ATA DA 056ª SESSÃO ORDINÁRIA DA  
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA  
REALIZADA EM 09 DE JULHO DE 2013  
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES  
PONTICELLI

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Altair Guidi - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Renato Hinnig - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

A Sra. Deputada Angela Albino - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, hoje a bancada feminina tem uma audiência com o sr. governador, às 15h, e entre outros assuntos pediremos que seja preenchido o cargo vago da Coordenadoria Estadual da Mulher. Dessa forma, peço licença a v.exa., já tendo registrado a minha presença nesta sessão, para seguir para a audiência, com toda a bancada feminina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Só quero comunicar a todos os deputados presentes e à bancada feminina desta Casa que, conforme acordo feito na última quarta-feira, hoje, às 16h, na Ordem do Dia, serão apreciados os vetos, sem direito a pedir adiamento.

O Sr. Deputado José Nei Ascari - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado José Nei Ascari.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI - Sr. presidente, pedi a palavra para registrar, com muita alegria, a presença no plenário desta Casa dos alunos da Escola Walter Holthausen, de Lauro Müller. São 43 alunos que estão sob a responsabilidade da Jeruza.

Eu estive em Lauro Müller, na última quinta-feira, visitando a Apae, e estive lá também ontem, segunda-feira, numa visita à prefeitura municipal. É um município importante no contexto regional no sul do estado e é uma alegria receber essa comitiva importante aqui na Casa, nesta terça-feira.

Muito obrigado, sr. presidente, e sejam todos muito bem-vindos!

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Esta Presidência também compartilha com o deputado José Nei Ascari. Sejam todos bem-vindos, caros alunos, e fiquem à vontade aqui nesta Casa do Povo.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, público que nos acompanha pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital e visitantes presentes na tarde desta terça-feira aqui no nosso plenário, quero voltar a refletir acerca de um assunto que somente raramente é abordado nesta tribuna, que é o saneamento básico em geral, ou especificamente aqui na Grande

Florianópolis, ou ainda na cidade de Florianópolis.

Nós, membros da sociedade, temos a mania de esconder para debaixo do tapete os nossos problemas. É evidente que há setores do serviço público e instituições públicas responsáveis, e responsabilizáveis, por esse assunto. No caso específico aqui é a Casan, a prefeitura municipal e por que não também órgãos do governo federal, como o ministério das Cidades, dentre outros.

Dar o encaminhamento minimamente adequado ao esgoto das residências é o desafio sobre o qual a sociedade atual precisa pensar mais e, inclusive, rever seus conceitos.

Somos educados, historicamente, a nos satisfazer se o esgoto da nossa casa não está correndo dentro do nosso próprio quintal. Poucos de nós refletimos o que acontece com o esgoto que sai da nossa pia da cozinha, do vaso sanitário, do chuveiro, da máquina ou do tanque de lavar roupas. E raramente as pessoas pensam sobre isso. Satisfazemos-nos em saber que não está escorrendo dentro da nossa própria casa, no nosso próprio quintal ou ali na calçada, na rua, em frente à nossa casa.

As instituições têm seguido mais ou menos esta lógica, ou seja, se conseguirmos, mais ou menos, esconder, está bom. Se conseguirmos, mais ou menos, fazer com que saia de dentro da nossa casa, está bom. Se vai para a casa, para o bairro, para a cidade, para a praia do vizinho, não se vê como um problema. Realmente, a mesma lógica parece que tem sido a lógica também das instituições públicas.

Há vários meses, mas nem tanto, não mais do que dois anos, eu creio, começaram a falar em construir os emissários submarinos. Essa é a forma de as cidades, especialmente as cidades litorâneas, livrarem-se do esgoto, ou seja, mandando um pouco para fora do próprio domínio da cidade. Então, fala-se e apresenta-se isso como uma solução.

As nossas estações de tratamento de esgoto estão superlotadas. Aqui, em Florianópolis, várias

delas, para não dizer quase todas, estão com problemas de não funcionamento. Esgoto sem qualquer tratamento corre, todos os dias, aos milhares de toneladas, para dentro dos rios e para dentro do mar.

As comunidades se mobilizam apenas para dizer que não querem a estação de tratamento no seu bairro ou que não aceitam poluição naquele bairro. E aí surge a ideia do emissário submarino. Então, colocamos tudo dentro de um cano e largamos para o oceano afora. E daí, de fato, todos nós nos livramos do problema, que é o esgoto que todas as pessoas produzem, todas, sem exceção.

Esse é um debate que precisa ser feito e retomado. Inclusive, já fizemos duas audiências públicas, no final do ano passado, pela comissão do Meio Ambiente e a comissão de Saúde, aqui em Florianópolis. Fizemos uma em Santo Antônio de Lisboa a outra no Rio Tavares. E as comunidades estavam mobilizadas justamente para debater com os órgãos públicos, especialmente a Casan, a Fatma, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), também órgãos de fomento do governo federal, como Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil e até a agência de fomento, japonesa, Jica que, aliás, tem bastantes critérios para financiar o saneamento básico no Brasil, no sentido de que as obras precisam ser feitas por consórcios onde participam empresas japonesas. Então, é uma forma de nos amarrar, é uma forma inclusive de nos sugar também historicamente.

Esse debate volta, porque os órgãos públicos mudam de prioridade a cada seis meses. Agora se fala em fazer o tratamento, por exemplo, no sul da Ilha, dos esgotos do sul da Ilha. E depois de tratado, despejar no Rio Tavares. Mas não tem o tratamento na comunidade do Rio Tavares, então o esgoto tratado que vai ser jogado no Rio Tavares é aquele que vem da Armação, Pântano do Sul e de outros bairros populosos na região. Já o da comunidade do Rio Tavares vai direto para o Rio Tavares.

Parece que a preocupação tem sido mais em garantir as condições legais, ou pelo menos

enrolar as exigências legais, manipular as exigências legais, para que se consiga dar vazão à sanha da indústria imobiliária, da especulação imobiliária em alguns bairros.

Consegue-se documento de que tem tratamento de esgoto na localidade e enche-se de prédios ou outras formas de habitação para ricos. Nessa área o esgoto é coletado e tratado, mas jogado ali do lado, onde não há interesse imobiliário no momento.

Evidentemente que isso precisa ter uma solução. E não é uma questão fácil a questão do esgoto, porque é evidente que para algum lugar, dentro do planeta, todos esses restos serão destinados obrigatoriamente.

A sociedade precisa refletir sobre isso e tomar posição no sentido de que esse esgoto seja tratado da forma mais eficiente possível, para que os resíduos que não sejam reaproveitáveis em alguma outra atividade agrícola ou de geração de energia possam ser devolvidos, na forma de água praticamente pura, ao meio ambiente e não isso que se faz hoje.

Evidentemente que isso tem um custo, e esse custo precisa ser refletido. E há que se fazer um estudo, porque não basta empurrar o esgoto para fora do nosso portão, para fora do nosso bairro ou para fora da nossa comunidade nem para fora da nossa cidade. É preciso que se reflita sobre o futuro da humanidade.

No sul da Ilha se fala muito nos produtos da maricultura. E vai se fazer uma análise da água onde estão criando esses moluscos, porque quem tem conhecimento da qualidade da água não come.

Acontece que as próprias instituições públicas que ajudam a propagandear contribuem para essa política de degradação do meio ambiente. A balneabilidade das praias é um assunto que volta no verão, porque todo mundo vai querer vender as belas praias de Florianópolis, e aí a Fatma vai colocar plaquinhas dizendo que a maioria está imprópria para banho.

Então, precisamos pensar mais sobre isso e agir de forma correta, com a agilidade necessária,

para que não cheguemos a um colapso de saúde pública e uma situação de geração, de criação de epidemias, problemas mais graves ainda do que já temos na saúde, em virtude da não atenção que a sociedade tem dado, assim como as instituições públicas responsáveis, à questão do tratamento e destinação do esgoto no nosso país, no nosso estado e também na nossa cidade. E aqui em Florianópolis também.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Kennedy Nunes, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, srs. deputados, quero fazer um registro especial aos alunos, alunas e professores aqui presentes. É um prazer recebê-los aqui

Acho que se tivesse tido a oportunidade, quando fui aluno do ensino médio, de chegar a uma Casa Legislativa, a minha visão da política seria diferente.

Para deixar registrado como estímulo a vocês, eu saí candidato, pela primeira vez, com 18 anos. Fiz o meu título e saí candidato, porque me ensinaram, na matéria OSPB, Organização Social e Política Brasileira, e em casa também, que é através da política que as coisas mudam.

Fazemos política a todo o momento. O fato de escolher uma pasta de dentes é uma política. E trazer os alunos para cá, mostra um envolvimento importante de todos vocês.

Quero parabenizar então essa escola. Ao longo da tarde vocês irão ver a presença dos deputados.

Explicarei um pouco como funciona esta Casa: agora, os deputados têm este espaço, durante uma hora, para Breves Comunicações daquilo que querem falar; das 15h às 16h, vem o Horário dos Partidos, em que cada bancada tem um tempo determinado pelo número de deputados que possui; às 16h é quando vem para a votação os projetos, e hoje teremos muitos vetos do governo que precisamos votar aqui. E logo após as votações continuam os deputados com

a Explicação Pessoal. Muitas vezes vimos aqui que está vazio, mas na verdade às 16h é que funciona. Enquanto isso os deputados estão nas comissões discutindo as questões.

Colocando mais um pouco para vocês: o plenário aqui é como o forno onde a mãe põe o bolo para assar. Quem olha o plenário pensa que as situações se resolvem aqui, mas votamos neste local "sim" ou "não" somente aquilo que já foi preparado nas comissões temáticas. Quando a mãe faz o bolo colocando o trigo, o leite, o ovo, o sal, ela faz o preparo. E o preparo do Poder Legislativo é feito nas comissões, sempre pela manhã. Quando vem o projeto para cá é porque já foi emendado, trabalhado, e daí vale o voto da maioria. Então, o plenário é o forno para onde virão os projetos prontos para votar.

Feitas essas explicações, quero aproveitar e dizer que o deputado Sargento Amauri Soares falou de um tema muito importante, sr. presidente, com relação ao saneamento básico. É gosto quando os agentes políticos começam a falar sobre esse assunto, porque apesar de ter a palavra básico, poucos têm interesse em investir. Sabemos que para cada dólar investido em saneamento básico economiza-se até cinco dólares na saúde curativa, lá no hospital. Então, com o investimento feito em saneamento básico economizamos na saúde.

Sr. presidente, de todas as manifestações que vimos nos últimos tempos, nas ruas, com as pessoas empunhando faixas, bandeiras, e nas redes sociais, pouco ou quase nada se viu de exigências para um investimento maior no saneamento. Exigindo, por exemplo, alguma solução na questão que estamos estudando, que é o gerenciamento dos resíduos sólidos. Todos pediram para baixar o preço das passagens, aumentar os investimentos em saúde, contra a corrupção, mas não vimos alguém levantando uma faixa pedindo um programa que possa reduzir o lixo nos aterros sanitários, que possa aumentar o lixo que é reaproveitado ou uma faixa dizendo que está faltando investimento em saneamento básico.

Não estou criticando os movimentos, apenas digo que a pauta prioritária infelizmente não é essa, e o problema está cada vez maior, porque quando se fala em resíduos é aumentar mesmo os lixões, infelizmente. E o que acontece é que parece que isso não é tão importante. Por isso, gosto muito quando o deputado Sargento Amauri Soares vem aqui cobrar para que possamos discutir assuntos que mudam a vida das pessoas.

Falei na quinta-feira, deputado Ismael dos Santos, o que o plebiscito vai mudar na vida das pessoas? O que o fato de ter coligação com partidos na proporcional vai mudar na vida das pessoas? As pessoas querem mudança rápida. Elas querem saber o aconteceu, ou seja, a redução dos impostos para diminuir o preço das passagens. Elas querem que aumente o investimento.

Quanto à questão política, à reforma política, como está sendo encaminhada, vai melhorar a vida dos políticos ou não? Vai melhorar a vida dos políticos, mas não a do cidadão que foi para a rua. E a presidente Dilma Rousseff coloca isso como pauta para tirar o foco da grande necessidade de termos uma repactuação com os municípios, estados e governo federal, porque 70% do dinheiro arrecadado nos municípios ficam concentrado em Brasília.

Eu não estou aqui criticando o governo que está de plantão. Estou criticando toda a construção, e agora é a hora de fazer a mudança. Mas a mudança deve acontecer não pelo ponto de vista que estão querendo fazer. Até agora o que ouço sobre as mudanças que deverão ser feitas ou a discussão que a grande mídia está colocando para nós, brasileiros, discutir, realmente, é se por acaso o plebiscito iria resolver a vida das pessoas. Respondo que vai resolver, sim, a vida dos caciques partidários, deputado Serafim Venzon, vai resolver a vida daqueles que há muitos e muitos anos estão grudados na teta dos partidos. Vai resolver a vida deles através de um canetaço para manterem no poder, mas não do voto popular.

Deputado Romildo Titon, pergunto-lhe: se tivesse a lista fechada de candidatos no Brasil,

quando é que eu estaria aqui? Quando eu estaria aqui, no meu segundo mandato, defendendo as pessoas? Quando é que eu seria eleito vereador em Joinville? Por que digo isso? Porque não sou filho de caciques partidários; porque não tenho padrinhos fortes em partidos.

Eu comecei a minha carreira, em 1988, como vereador em Joinville. Fui, por duas vezes, vereador, em Joinville, e estou no meu segundo mandato, aqui, porque o povo me trouxe para cá, inclusive passando na frente de algumas pessoas que tinham trajetória política forte. E passei pelo voto das pessoas.

Agora, quando eu estaria aqui? Quando, em Joinville, por exemplo, teríamos o Carlito Merss deputado ou uma liderança como Carlito Merss, o próprio Darci de Matos, quando? Para nós que surgimos de baixo, a lista fechada vai propiciar isso? Não, senhores. A lista fechada vai determinar quem vai compor esta Casa, o Congresso Nacional ou as Câmaras de Vereadores. E quem são eles? Os caciques partidários.

É bom trazer esse tema para discutir e colocar a limpo! É isso que o governo federal pensa que vai mudar a vida das pessoas depois do grande enfrentamento que as ruas fizeram com relação ao sistema político todo deste Brasil. Isso não vai mudar a vida do brasileiro. Isso vai fortalecer, sim, os caciques partidários.

O pobre do eleitor vai ficar de novo à mercê, debaixo da tutela dos partidos. Então, essa é a hora de discutir aqui. Com a lista fechada dos votos, quando teremos liderança, como muitas outras que já partiram e que nunca teriam a possibilidade, deputado Serafim Venzon, de estarem aqui, porque eles não fazem parte desta cúpula partidária que fica mandando? E essa reforma partidária que estão querendo fazer é para dar força para essa cúpula lá de Brasília.

Abra o olho, eleitor. Vamos discutir certo isso porque, na verdade, estão tentando tapar o sol com a peneira com um plebiscito que não vai mudar a vida das pessoas.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Moacir Sopelsa.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - É apenas, deputado Romildo Titon, para cumprimentar os vereadores, meus amigos de Xavantina, Eugênio João Comin e Claudi Babinski.

É um prazer tê-los aqui.

Sintam-se em casa no Parlamento catarinense.

Obrigado, presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Ismael dos Santos, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, srs. deputados, deputado Kennedy Nunes, permita-me pegar um gancho no seu discurso. Acho que são duas arapucas que estão armadas numa eventual reforma política. Uma delas é o financiamento público. E sei que a bancada do PT é, na sua maioria, favorável. Mas tenho colocado publicamente e repriso aqui a minha posição contrária ao financiamento público, porque vai continuar o financiamento paralelo, e o dinheiro que era para a educação, para a infraestrutura e para saúde vai servir para financiar partidos políticos.

Sou contrário ao financiamento público, porque entendo que esses recursos precisam ser remetidos para setores e temas bem mais importantes. E quanto à questão do voto em lista fechada é a arapuca mais perigosa. E lembro aqui um fato, apenas para acrescentar ao seu discurso, que o voto em lista fechada, até para que o nosso expectador tenha uma ideia, é quando o partido vai lá e coloca dez nomes. E os três eleitos pelo partido, não importa o número de votos, mesmo que tenha sido o décimo da lista, se ele é o primeiro da lista vai entrar para o parlamento.

Aí isso aqui vai virar um balcão de negócios. Partidos políticos que já estão no descrédito da população brasileira, mais de 30 partidos, todos,

sem exceção, vão virar balcão de negócios. Um exemplo clássico, é Schroeder, cidade próxima a Joinville. Chega um comerciante e diz que quer ser vereador em Schroeder. Não tenho votos, mas tenho R\$ 500 mil para investir na campanha. Agora o meu nome tem que ser o primeiro da lista. Aí o partido elege três, não importa quantos votos ele tenha feito, só o voto dele é suficiente, e ele passa a fazer parte do parlamento da cidade. É um exemplo bastante rude, mas serve para demonstrar no que vai dar uma eventual vitória do voto em lista fechada neste país.

Sr. presidente e srs. deputados, tivemos a oportunidade de acompanhar uma comissão de prefeitos do vale e do alto vale do Itajaí, com o governador Raimundo Colombo. Entre os pleitos quero destacar e salientar a ligação da BR-470 com a BR-116. Duas BRs que cruzam o estado de Santa Catarina, em especial a BR-116 que liga São Paulo a Porto Alegre. Mas também a BR-470 que corta todo o estado de Santa Catarina, do litoral até o meio-oeste catarinense, depois prosseguindo com a BR-282.

A proposta trazida pelos prefeitos da região é de que seja atendido um antigo pleito da comunidade do alto vale do Itajaí, ligando a BR-470 à BR-116, através de Ibirama até Victor Meireles, passando por Santa Terezinha, chegando até Monte Castelo. É uma estrada que já existe, e sua pavimentação está em torno de 50 quilômetros. De fato irá reduzir em pelo menos 100 quilômetros a vinda dos nossos moradores do alto vale do Itajaí, que querem fazer a ligação do alto vale em direção ao Paraná ou mesmo ao Rio Grande do Sul, mas em especial ao planalto norte catarinense.

O governador já despachou para trabalhar no projeto, e esperamos que esse sonho também seja realizado no alto vale do Itajaí, como disse, ligando a BR-470 à BR-116.

Por último, sr. presidente e srs. deputados, preciso fazer menção à sessão especial realizada ontem em homenagem às pessoas que atuaram na enchente de 1983, que completou, no último dia 7, 30 anos.

Essa é uma história que ficou marcada para todos os catarinenses. Um pouco antes, dez anos antes, houve a enchente de Tubarão. Depois, tivemos outros eventos, mas em especial essa enchente de 1983, que foi uma das maiores catástrofes ambientais do século XX, em Santa Catarina, porque durou 32 dias, com pequenas variações do pico que chegou aproximadamente a 15m.

Em Blumenau, foram mais de 40 mil desabrigados, mais de 300 mil pessoas atingidas, cinco mil casas inundadas pelas águas. De fato, Blumenau ficou 70% embaixo d'água. Foram 65 mortes comprovadas e pelo menos R\$ 1 bilhão de prejuízos materiais no vale do Itajaí. Embora nascido em Blumenau, nesta época morava em Itajaí, onde também houve enchente. E logo em seguida, na enchente de 1984, eu já estava em Blumenau. Morávamos à rua Amazonas, e a água foi chegando. Tivemos que tirar as coisas rapidamente, e o 23° BI ajudou muito. No outro dia pela manhã estava com papai à beira da rua Amazonas, ficamos abrigados numa garagem na rua Eng. Odebrecht, e passou um canoeiro perguntando se queríamos uma carona. E passamos com a canoa praticamente por cima do telhado da nossa casa, na rua Amazonas. Momentos como esse de isolamento, de angústia, de preocupação, de dúvida - eu tinha na época 17 anos -, ficaram marcados na minha memória.

Papai, pastor evangélico, em uma daquelas noites, à luz de velas, abriu a sua Bíblia no salmo de Davi e leu os versos quatro e cinco, em que o salmista Davi, talvez passando por uma experiência similar a essa, em algum vale de Israel, traduzia muito bem o nosso sentimento daquele momento, quando na lírica hebraica Davi dizia "Ah, se não fosse o senhor que estivesse ao nosso lado, as águas teriam passado sobre nós e teríamos ficado submersos, mas felizmente Deus esteve do nosso lado".

Fica aqui o nosso reconhecimento a todos os que atuaram, em especial os voluntários, os radioamadores, o Corpo de Bombeiros, a Polícia Militar, o 23° BI.

Eram mais de 20 ilhas em Blumenau, pequenos elevados onde serviam alimentação e forneciam medicamentos. E ficam, de fato, o que o ex-governador Esperidião Amin disse com propriedade, na sessão especial de ontem, três palavrinhas que precisam ser lembradas 30 anos depois das cheias no vale do Itajaí: solidariedade, esperança e determinação. Um trio que faz a diferença do povo catarinense.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, prezados catarinenses que nos acompanham pelos meios de comunicação, como certamente a maior parte da população catarinense, tenho acompanhado a postura, os pronunciamentos da Presidência da República, especificamente a presidente Dilma Rousseff, referente às posições que tem tomado frente aos reclames populares, nos cinco focos, nos pactos, que ela estipulou como o pacto fiscal, o pacto pela reforma política, da educação, da saúde e do transporte.

Naturalmente temos uma opinião muito clara sobre vários temas como esse que o deputado Kennedy Nunes abordava, aqui, sobre a questão do plebiscito. O que isso vai mudar para as pessoas? As pessoas não estão pedindo teatro. As pessoas querem mudança de atitudes, querem ações, fatos que vão melhorar o seu dia a dia.

Não importa muito qual o modelo político. Não adiante perguntar para as pessoas se é voto distrital, se é voto em lista. Seguramente, quem está em contato com as pessoas, quem é político de muito tempo, de tanto ler o pensamento e o comportamento coletivo de toda a sociedade, é claro, sabe e precisa entender o que esses movimentos sociais estão nos dizendo e tomar a postura para fazer os encaminhamentos, seja na questão fiscal, na questão política, da educação ou da saúde.

Acompanhei esses pronunciamentos da presidente com relação à saúde. E foram várias tentativas. Uma, inicialmente, declarando que haveria importação de milhares de médicos no Brasil, porque isso iria resolver a questão da saúde. Ela recebeu críticas de todos os setores da sociedade e, naturalmente, mudou um pouco o discurso dizendo que somente importaria médicos, se caso o médico brasileiro não fosse para o interior. Com a justificativa de que na Inglaterra, no Canadá, na Bélgica, na França, nos Estados Unidos, passa de 20% o número de médicos estrangeiros. Mas esqueceu de dizer que esses médicos que estão lá, estrangeiros, estão por outras razões, que não é a pressão do governo para que eles estejam lá. Estão lá, porque o país oferece uma boa qualidade de vida e certamente porque também oferecem condições para exercerem com dignidade a sua profissão, sentindo-se realizados pelo que estão fazendo. Então, é por isso que eles estão lá.

O médico, aqui, no Brasil, em Santa Catarina, ele não está lá, no interior, porque ele não quer. É porque existem vários fatores que fazem com que ele prefira ficar na capital, local onde oferece condições para exercerem a sua profissão. Ninguém em sã consciência faria seis anos de faculdade, mais quatro ou cinco anos de especialização, para depois ir para um lugar e ser um médico medíocre, para não realizar aquilo que ele está qualificado ou, pior ainda, ter que se corromper da sua especialização. Então, ele fica nos grandes centros, porque o modelo que temos hoje aqui no Brasil estimula para isso.

Temos dito que é preciso mudar muitas coisas. Não é difícil para a presidente fazer essas mudanças e, sem dúvida nenhuma, ao fazê-las, poderá mudar a interiorização dos médicos.

Ontem, por exemplo, a presidente, na sua convocação semanal, colocou algumas mudanças em relação aos médicos, e uma delas foi aumentar o número de vagas nas faculdades. Ótimo! É uma ação importante que daqui a oito anos, dez anos vai surtir o efeito positivo.

A outra ação seria estender o curso de Medicina ou ainda estender a concessão do diploma de médico, ou seja, além dos seis anos, mais dois anos de interior, para depois ganhar o título definitivo.

Eu acho importante esses médicos, na condição de acadêmicos, conhecerem melhor toda essa realidade. Certamente, a própria faculdade de Medicina vai mudar um pouco o foco de médico generalista, mas isso não vai resolver o problema.

Em nenhuma vez ouvi a presidente falar que mudaria o tipo de gestão do SUS, que estipularia um modelo, fazendo com quem lá no interior do estado, lá longe, como em Brusque, Curitiba, Tubarão, São Bento do Sul, Concórdia, Caçador, Rio do Sul, nessas cidades que são também polos e referência de inúmeras outras cidades ao entorno, como São Miguel d'Oeste, lá o SUS vai credenciar para a alta complexidade inúmeras cirurgias, como as ortopédicas, abdominais, neurológicas, enfim, vários procedimentos que podem ser feitos lá e que já estão sendo feitos, mas não pelo SUS, por causa da falta desse credenciamento. Não ouvi isso.

A tabela do SUS, sr. presidente, teve a última correção em 96, 97. E, hoje, o deputado Silvio Dreveck apresentou na comissão um levantamento da correção pelo IPCA de 97 até 2012, e a inflação somada foi de 143%. Ou seja, perdeu-se uma vez e meia aquele valor que em 96 era pago pelo SUS. Agora teria que multiplicar, no mínimo, por dois e meio. Mas não ouvi a presidente falar isso.

Portanto, ela não está ouvindo, compreendendo o que o povo quer dizer. O povo não quer uma solução da saúde para daqui a dez anos, 12 anos. Quem está com câncer até lá não estará mais aqui para assistir a essa evolução. Nós precisamos, o Brasil precisa de mudanças e logo. A presidente pode fazer, mas não faz porque não quer.

Tem que mandar uma proposta para o Congresso que altere o Orçamento. Na Argentina são 7%, no Paraguai são 10%, no México são 6% e nós aqui somos 3,7%. Então, que passe o orçamento da saúde de 3,7% para 10%, pois esses recursos serão suficientes, pelo menos em parte, para recuperar o

valor da tabela do SUS, para o atendimento que está sendo feito.

Hoje, a tabela do SUS é tão pequena que os hospitais não podem aceitar. O valor pago é tão aviltante que nem os hospitais nem os profissionais querem ter o distúrbio de preencher a documentação, pois o valor é pequeno demais.

Por isso, encaminhamos na semana passada uma proposta para a presidente da República. Ela precisa ouvir a nossa proposta e precisa ouvir principalmente a proposta da sociedade que clama muito por essas mudanças.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Muito obrigado, deputado Serafim Venzon.

Parabéns por sua palavra. Comungo inteiramente com que v.exa. que falou sobre a questão da saúde. Isso, sim, muda a vida das pessoas.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos.

Os primeiros minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o deputado Volnei Morastoni, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Meu caro presidente, deputado Kennedy Nunes, deputados e público que nos assiste, vou continuar falando de saúde. E é um bom debate.

Eu acho que o grande mérito das medidas anunciadas pela presidente Dilma Rousseff e pelo ministro Alexandre Padilha, desde a questão da vinda dos médicos estrangeiros para o Brasil, sobre essa necessidade, o mérito principal é o grande debate que se está fazendo em todas as instâncias, no Brasil, sobre essa questão.

Venho aqui para dizer que essa proposta da presidente e do ministro Alexandre Padilha, do ministro da Educação, Mercadante, para mais médicos e propondo inclusive a ampliação do curso de Medicina para um segundo estágio, um primeiro ciclo de seis anos e mais um segundo ciclo de dois anos, perfazendo oito anos, com os dois anos últimos, dedicados à prestação de serviços ao trabalho na atenção básica, em postos de saúde, em prontos-socorros, no SAMU, acho uma medida

absolutamente correta e muito salutar para a saúde do povo brasileiro. Se para o presente ainda ela não atende a toda a necessidade, às expectativas, mas já é um ponto importante para começarmos a ver uma luz no fim do túnel, para o futuro.

É lógico que o problema não é só de dinheiro. Que bom se fosse só dinheiro.

Amanhã, sr. presidente, aqui em Florianópolis e em todo o Brasil estaremos coletando, num dia nacional, assinaturas para Saúde o +10. Em todo o Brasil já temos mais de um milhão e meio, e queremos chegar a dois milhões, de assinaturas coletadas. E amanhã mesmo, num encontro que está acontecendo em Brasília, do Conselho dos secretários estaduais e municipais de Saúde, estará sendo formulada a proposta final do Projeto de Lei de Emenda Popular que no dia 06 de agosto vai dar entrada no congresso Nacional. E com isso vamos então obrigar o governo brasileiro, a união, a aplicar no mínimo 10% das receitas brutas correntes, ou seja, 10% dos impostos arrecadados, em saúde. Assim como o estado têm que aplicar no mínimo 12%, os municípios têm que aplicar no mínimo 15% dos impostos que arrecadam, a união terá que aplicar 10%. Mas podemos colocar 10%, podemos colocar 20%, podemos colocar 30%, porque isso por si não vai resolver o problema da saúde, porque o problema não é só de financiamento. E nós todos concordamos que há um subfinanciamento que precisamos e queremos.

Quanto à União, tenho certeza de que neste ano o Congresso Nacional vai aprovar, e a presidente Dilma Rousseff vai sancionar, essa determinação. Mas isso não é a solução também por si só, eis que são muitos outros problemas no seu conjunto que precisam ser resolvidos. Agora, também não é registrar a tabela do SUS simplesmente, porque esse método antigo da tabela do SUS já está vencido.

O ministério da Saúde resolveu adotar outros caminhos, outros procedimentos, que são as redes de atenção. Elas estão aí, as redes de atenção estão propostas, estão abertas. E os municípios, os estados, os hospitais têm que abraçar, porque

esse é o caminho do dinheiro novo do financiamento para a saúde.

Quanto ao atendimento, tem que ser feito em rede, nas redes de cuidado, nas redes de atenção, nas redes de atenção em urgência e emergência, redes de atenção psicossocial, rede cegonha maternoinfantil, redes de cuidados para pessoas portadoras de doenças crônicas, câncer, diabetes, doenças cardiovasculares, doenças respiratórias crônicas, redes de cuidados para pessoas portadoras de deficiência visual, auditiva, física, porque esse é o novo caminho.

Agora, dentro do nosso modelo assistencial em que o caminho é o SUS, é obvio, a maioria da população depende do SUS, o maior plano de saúde. Então, temos que fortalecê-lo. São 25 anos, o que é muito tempo, mas ainda é pouco, ainda é jovem também.

Agora, temos que rediscutir o modelo assistencial. Temos também que introduzi-lo nesse sistema centrado na doença. O hospital é o centro, e temos que introduzir a visão da saúde também, porque só estamos tratando de doenças, correndo sempre contra o próprio rabo que nunca vai ser alcançado. Ou seja, pode-se duplicar, triplicar, quadruplicar o dinheiro, a tabela do SUS, seja o que for, se for o caso, porque estamos só tratando de doenças. É o ministério da Doença, é a secretaria da Doença, então, é lógico que temos que tratar cada vez mais doentes precocemente, cada vez mais câncer, cada vez mais infartos, cada vez mais diabetes, da diabete tipo dois. É epidemia de obesidade nas crianças, na mais tenra idade.

Agora, temos que focar na saúde, na promoção da saúde, na prevenção da saúde, na educação em saúde, para equilibrar. E por isso acho importante essa medida de começar a discutir a formação dos médicos e de todos os profissionais da saúde.

Hoje, os médicos são formados, na maioria, já voltados para uma especialidade, muitas vezes, distanciada da realidade da saúde do povo brasileiro. E a atenção básica é a grande base de tudo, é a porta de entrada do sistema de saúde,

sendo que 90% dos problemas de saúde podem ser resolvidos na atenção básica. E depois vem o hospital. Mas hoje o hospital é a porta de entrada na cabeça dos gerentes da saúde e do povo. Temos que inverter essa lógica, e aí valorizar os programas, como o Programa Saúde da Família, e não arrumar jeitos e subterfúgios para não atender à missão e ao objetivo de um programa estratégico como é a saúde da família.

Os médicos que se formam hoje têm que ter uma formação melhor na clínica básica, na clínica médica, na clínica pediátrica, na clínica obstétrica, na clínica cirúrgica, enfim, na clínica geral, e não somente com a cabeça voltada para especialidades. Deve haver uma sintonia maior e melhor entre os cursos de Medicina, as faculdades, as universidades e as redes de postos de saúde, de policlínicas, as redes do SUS, porque só se pensa em hospitais, não se pensa no posto de saúde, não se pensa na atenção básica.

Esses dois anos serão excelentes para os novos médicos que terão esse privilégio na sua formação e depois de seis anos poderão atuar dois anos ainda vinculados à sua faculdade de origem, sendo ainda avaliados durante esse tempo, para complementar a sua formação.

Então, estamos começando a ver uma luz no fundo do túnel. Não será tudo de imediato, porque vai começar em 2015 e formar-se-ão em 2021, quando esses formandos terão dois anos a mais. Mas já há uma luz no fundo do túnel para começar a discutir que tipo de médico estaremos formando no Brasil e para que realidade e qual é a sintonia dos cursos de Medicina com as necessidades de saúde do povo brasileiro?

Atualmente estamos com mais de 200 faculdades de Medicina, com mais de 400 mil médicos no Brasil. Estou formado há 35 anos, e desde aquela época já se discutia a mesma coisa, ou seja, que os médicos não vão para o interior, que faltam médicos formados para a realidade das necessidades da população brasileira. Temos que readequar os currículos, os cursos e o tipo de médico que queremos formar.

Então, dentro desse contexto, acho importante que essas medidas anunciadas propiciarão ainda muitos debates. Respeito minhas corporações médicas, a Associação Catarinense de Medicina, o Conselho Regional de Medicina, o meu sindicato que ajudei a fundar, dia 01 de setembro 1979, mas esse é um bom debate que teremos pela frente para fortalecer o SUS e a saúde do povo brasileiro.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Renato Hinnig, por até doze minutos, a quem parabeno por estar voltando a esta Casa hoje, depois de um período à frente da secretaria Regional de Desenvolvimento da Grande Florianópolis. Seja bem-vindo!

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Sr. presidente, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, agradeço as suas palavras pelo meu retorno a esta Casa e também sinto-me feliz de poder retornar ao Parlamento catarinense, esta que é uma Casa que nos inspira bastante, traz-nos bastante experiência, e a convivência com os colegas deputados é sempre enriquecedora.

Depois de dois anos e quatro meses à frente da secretaria de Desenvolvimento Regional da Grande Florianópolis, retorno a esta Casa mais experiente. Agradeço pela oportunidade que o sr. governador Raimundo Colombo me propiciou, já que este foi para mim um grande desafio e um período de grande aprendizado

Foi uma experiência rica, através da qual tivemos a oportunidade de no Poder Executivo contribuir com as ações de articulação entre os órgãos do governo do estado, as prefeituras municipais, as câmaras de vereadores e a sociedade organizada da região da Grande Florianópolis, para um investimento que ultrapassa os R\$ 600 milhões, nesses dois anos.

Tivemos investimentos feitos em várias áreas. Aí estão somados investimentos volumosos da nossa

companhia de águas, a Casan, na área de saneamento básico, principalmente na capital, Florianópolis; também investimentos volumosos na nossa companhia de energia, a Celesc, para a melhoria do sistema de distribuição de energia aqui na região, com a construção de novas subestações e a melhoria na distribuição de energia na ligação ilha/continente; e investimentos nas várias áreas do governo, seja na segurança pública, na educação e na saúde. E temos agora o Pacto por Santa Catarina, que é o maior volume de investimentos que Santa Catarina está tendo a oportunidade de fazer.

Diversas melhorias já estão sendo executadas pelo governo do estado, com a instalação de mais uma policlínica na região da Grande Florianópolis, e que provavelmente vai-se instalar no município de Santo Amaro da Imperatriz para atender a todos os municípios localizados naquela região, sendo que os próprios municípios estão-se organizando sob a forma de consórcio intermunicipal para manter em funcionamento e dividir o custeio dessa policlínica.

Aliás, uma das coisas que desde o momento em que chegamos à SDR viemos fazendo foi um trabalho de doutrinação dos prefeitos e dos vereadores para que esse instrumento do consórcio intermunicipal pudesse ser implementado aqui na região, já que problemas de caráter metropolitano só vão ter possibilidade de solução se tivermos esse mecanismo de personalidade jurídica implementado na região. E, felizmente, agora estamos percebendo que as prefeituras estão conscientes de que esse é o modelo eficaz e, se Deus quiser, nos próximos dias deverá ser formalizado o consórcio intermunicipal de saúde entre pelo menos dez municípios da nossa região.

Da mesma forma, tivemos a oportunidade de trabalhar em projetos importantes para a nossa região, como estudos para a efetiva implementação da Região Metropolitana da Grande Florianópolis, porque existe o mecanismo criado por lei, mas ainda não foi implementado.

Nós providenciamos estudos através da secretaria de Desenvolvimento Regional e encaminhamos ao governo do estado, sendo que todas as instâncias já foram percorridas e o projeto está agora na Casa Civil aguardando tão somente a publicação de um acórdão do Supremo Tribunal Federal que definiu, numa Ação Direta de Inconstitucionalidade do estado do Rio de Janeiro, na área de saneamento, que questões de caráter metropolitano não dizem mais respeito única e exclusivamente aos municípios - também é de responsabilidade do estado. E o projeto de lei que está por vir para esta Casa para ser apreciado pelos srs. deputados que modifica algumas questões na legislação que criou a Região Metropolitana e cria o Fundo Metropolitano Regional já vai contemplar esse entendimento.

De forma que vai ser uma legislação moderna, capaz de atender os anseios de Santa Catarina, especialmente na região da Grande Florianópolis.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Pois não!

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Gostaria de dar as boas-vindas a v.exa. a esta Casa novamente e desejar uma profícua gestão no nosso meio, uma vez que é conhecedor desta Casa de Leis e tem competência para geri-las.

Queremos dizer que, com alegria, recebemos v.exa. de braços abertos.

Muito obrigado, sr. deputado!

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Muito obrigado pelas suas palavras. Sei que foram mencionadas de coração. E a nossa convivência aqui sempre foi muito prazerosa e não vai ser diferente daqui para frente.

Bem, continuando, tivemos a oportunidade também de firmar diversos acordos de cooperação técnica com entidades públicas e privadas, para buscar o melhor desenvolvimento da nossa região. Foram firmados acordos de cooperação técnica com as universidades Udesc e Univalli, para que as universidades possam de forma colaborativa atuar junto ao governo do estado e aos municípios com

atuação nessa região. Resultado disso é que na próxima quarta-feira, às 17h, será lançado o Projeto Rondon, no município de Rancho Queimado, que vai, na sequência, atender aos outros 12 municípios aqui da região que também vão participar desse importante projeto da universidade de Integração e Cidadania, que vai depois de acontecido trazer seus reflexos de desenvolvimento em cada um dos municípios por onde passar. Portanto, temos muito que comemorar.

Também assinamos um acordo de cooperação técnica com a Universidade do Estado de Santa Catarina, que vai participar, está participando do fundo catarinense de desenvolvimento, fruto de outra iniciativa da secretaria de Desenvolvimento Regional. Foi gestado durante a nossa gestão o projeto Investe em Santa Catarina, que tem por objetivo atrair investidores estrangeiros para fazer investimentos aqui, no estado, através do Fundo Catarinense de Desenvolvimento Regional, com aporte de recursos únicos e exclusivamente da iniciativa privada, com o Poder Público apenas participando de forma institucional, definindo as políticas públicas.

Gostaria ainda de nesse tempo restante afirmar que a minha ação parlamentar nos próximos meses aqui, nesta Casa, vai, sim, se pautar muito em cima da grande experiência que adquiri como secretário de Desenvolvimento Regional.

Sou, sem dúvida nenhuma, um defensor intransigente da manutenção desse modelo de gestão pública que foi implementado em Santa Catarina. As secretarias de Desenvolvimento Regional são, ao contrário dos que muito afirmam, uma maneira de aproximar o governo do cidadão. E é isso que podemos perceber dentro das várias leituras das manifestações acontecidas nas ruas, de que o povo quer ter a oportunidade de estar mais próximo das decisões do governo. E o mecanismo da secretaria do Desenvolvimento Regional é uma possibilidade, muito embora seja ainda um sistema novo. Com dez anos de existência não entrou ainda na cultura pública aqui no nosso estado.

Temos o mecanismo dos Conselhos de Desenvolvimento Regional, que se reúnem uma vez por mês, com a possibilidade de participação da sociedade, mas que infelizmente ainda não participa ativamente. E essa é assim uma maneira de o estado estar mais próximo do cidadão. Se não tivéssemos o mecanismo das secretarias do Desenvolvimento Regional, quero crer que muito raramente algum líder comunitário, algum presidente de algum conselho municipal, pudesse ter a oportunidade de interagir com alguma autoridade do governo do estado, através da secretária central.

Então, esse é o mecanismo que defendo. E como presidente da fundação Ulysses Guimarães estou propondo a realização de um seminário para discutirmos esse tema da descentralização, para que o PMDB possa firmar o seu posicionamento em relação à política de descentralização implantada em Santa Catarina e definir o rumo que deverá ser trilhado pelo PMDB daqui para frente.

Sou um defensor desse modelo de gestão e, diferentemente de muitas afirmações, a secretaria de Desenvolvimento Regional não aumentou em nada o custo administrativo, o custo do governo em Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PPS.

(Pausa)

Não havendo interessados em fazer uso da palavra, os próximos minutos estão destinados ao PDT.

Com a palavra o sr. deputado Sargento Amauri Soares, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, eu gostaria de contribuir acerca da reforma política, e concordo apenas em parte com a posição do deputado Kennedy Nunes, no sentido de que eventualmente existem assuntos bem mais profundos e importantes para serem colocados em um

plebiscito, em que o conjunto da população maior de 16 anos seja convocado a opinar.

A reforma política é um assunto importante, mas na minha avaliação não é o principal. Como tenho avaliado aqui em outras oportunidades, o problema central da sociedade brasileira é a subordinação dos poderes públicos, dos órgãos estatais, do estado, às demandas e aos anseios do grande capital privado.

O estado é dominado pelos monopólios, é um estado dominado pelos latifúndios, que hoje poderia ser traduzido por agronegócio. É um estado dominado pelo interesse dos bancos.

Então, esse grande bloco de poder, que não compõe mais de 5% da população brasileira, entre os envolvidos no processo e aqueles com cargo de gestão e de direção dessas grandes empresas, todos eles juntos não compõem mais do que 5%, e evidentemente que todos eles estão subordinados ao grande capital internacional, cujo fenômeno é conhecido na nossa linguagem política como imperialismo.

Então, esse é o problema central da sociedade brasileira. Não resolver isso é a mesma coisa que fazer paliativo. E evidentemente que o conjunto dos partidos que compõem as coalisões governistas do passado e do presente não têm demonstrado vontade, ímpeto de romper com esse bloco de poder e constituir um bloco de poder efetivamente popular, que possa colocar o Brasil a caminhar numa outra direção, colocando, sim, o socialismo como perspectiva.

A solução na barbárie capitalista só tem, na nossa forma de ver, uma alternativa, o socialismo. E não entrar nesse debate é ficar nos paliativos. Então, neste sentido concordo com o deputado Kennedy Nunes, não na análise, mas em dizer que a reforma política não seria o central. Ele acha que não é o central por outros motivos, e eu pelas questões que falei, o estado, as instituições públicas, o estado no seu conjunto, todas as instituições, é dominado pelo capital privado.

Aí a reforma política, se não for mexido nessa questão, se não construir um bloco de poder que se

contraponha ao bloco de poder economicamente dominante, que ingere e decide o que o estado vai pensar e colocar como prioridade, os poderes constituídos não têm solução efetiva e solução de longo prazo.

Se formos ficar nas questões paliativas, aí eu até acredito que a reforma política pode mudar alguma coisa, como, por exemplo, impedindo o financiamento privado, melhor dizendo, financiamento empresarial de campanha. E a legislação está construída no Brasil de forma que o grande empresário possa contribuir para a campanha eleitoral, mas a organização dos trabalhadores não pode. Então, aí já fica um elemento que decide de qual classe é esse estado e a quem pretende priorizar.

Então, o financiamento empresarial de campanha, não digo particular, acaba levando, porque a maioria dos políticos eleitos, não a totalidade, estão subordinados a esses monopólios. Ou algum deputado federal, estadual, que receba R\$ 100 mil para financiamento de sua campanha, teria a ousadia de votar contra um projeto de interesse daquela empresa que o ajudou? Não! Não teria. A partir daí se cria um engessamento das instituições, inclusive do Poder Legislativo, do financiamento empresarial de campanha.

Existem outros aspectos da reforma política que é necessário que se fale. Mas é com esse tipo de financiamento que começa a corrupção em nosso país.

Muito obrigado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado José Nei Ascari - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o deputado José Nei Ascari.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI - Sr. presidente, apenas para registrar a presença, aqui, neste plenário, na tarde desta terça-feira, do vereador Salésio Lima, da cidade de Criciúma. Estamos também aguardando a presença do prefeito Evandro Scaini que irá utilizar a tribuna desta

Casa, no espaço requerido pelos líderes, para falar sobre a tradicional Festa do Peixe, que acontece agora, em julho, naquele município.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Fim do horário dos partidos políticos.

São 15h37m, e todos os deputados estão convocados para a votação dos vetos a partir das 16h.

Vamos aproveitar e atender neste período ao pedido do deputado José Nei Ascari, para que faça a divulgação da Festa do Peixe.

Está suspensa a sessão até as 16h.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) (Faz soar a campainha.) - Estão reabertos os trabalhos.

Passaremos à Ordem do Dia.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0085/2013, de autoria do deputado José Nei Ascari, que institui o Dia Estadual dos Profissionais e Voluntários das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais - Apaes; Associação de Pais e Amigos do Autista - Amas; Associação de Pais e Amigos dos Surdos - Apas; e das demais instituições especializadas no atendimento à pessoa com deficiência, a ser comemorado anualmente no dia 12 de outubro, no estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Ao projeto foi apresentada emenda modificativa.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada a matéria.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0191/2011, de autoria do deputado Gilmar Knaesel, que altera o art. 1º da

Lei n. 1.523/2009, execução do hino nacional brasileiro e o do estado de Santa Catarina.

Dentro desse projeto foi pensado o Projeto de Lei n. 0256/2012.

Ao projeto foi apresentada uma emenda substitutiva global.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno o Projeto de Lei n. 0214/2012, de autoria do deputado Darci de Matos, que institui o Dia da Fitoterapia no estado de Santa Catarina.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Extrapauta, a pedido do deputado Volnei Morastoni, discussão e votação do Projeto de Lei 0202/2013, que autoriza a aquisição de imóvel no município de Itajaí, para atender ao centro radioterápico do Hospital e Maternidade Marieta Konder Bornhausen.

Conta com parecer favorável de todas as comissões.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queria discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei Complementar 0018/2013, de autoria

do Ministério Público, que reajusta o piso salarial do quadro de pessoal do Ministério Público e adota outras providências.

Conta com parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

A votação será nominal.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	sim
DEPUTADO ALTAIR GUIDI	sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	
DEPUTADA ANGELA ALBINO	
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	sim
DEPUTADO DADO CHEREM	
DEPUTADO DARCI DE MATOS	
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	
DEPUTADO EDISON ANDRINO	sim
DEPUTADO GELSON MERISIO	sim
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO JAILSON LIMA	sim
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	sim
DEPUTADO JORGE TEIXEIRA	sim
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	sim
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	
DEPUTADO MANOEL MOTA	
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim

DEPUTADO RENATO HINNIG	
DEPUTADO RENO CARAMORI	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON	
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	sim
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	sim

Colho os resultados.

Temos 24 votos "sim" e nenhum voto "não".

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto Lei 0168/2012, de autoria do deputado Kennedy Nunes, que institui a Campanha Estadual de Conscientização e Combate à Automedicação e adota outras providências.

Conta com parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queria discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei 0229/2012, de autoria do deputado Jailson Lima, que dispõe sobre a obrigatoriedade da publicação dos valores dos imóveis e veículos nos anúncios de classificados de jornais, revistas, periódicos ou outros meios de divulgação e adota outras providências.

Ao projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queria discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 0778/2013, que dispõe sobre veto total ao Projeto de Lei n. 0343/2012, de autoria do deputado José Nei Ascari, que assegura prioridade da tramitação dos procedimentos judiciais e administrativos em que figure como parte ou interessado pessoa com deficiência.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação em plenário.

Em discussão.

Com a palavra o autor do projeto de lei, deputado José Nei Ascari.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI - Sr. presidente e srs. deputados, vou defender aqui rapidamente a derrubada desse veto por duas razões muito simples. A primeira delas é que a proposta não onera o poder público, e a segunda razão é que sabidamente a expectativa de vida média das pessoas com deficiência é menor do que das demais pessoas. Isso por si só justifica então a fixação de prioridade na tramitação de processos judiciais ou administrativos em que figure como parte pessoa com deficiência.

Por isso, sr. presidente, com o devido respeito às razões que fundamentaram o veto, na condição de autor da proposta, peço a todos os colegas parlamentares que possamos, neste momento, derrubar o veto e possamos atender a uma expectativa do segmento catarinense que é muito forte, aguardando evidentemente uma resposta deste Parlamento.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, eu queria discutir sobre isso.

O deputado José Nei Ascari fala uma coisa muito clara e eu quero alertar para duas coisas: primeiro, para que possamos derrubar esse veto, e acho que é o que deveríamos fazer, até porque a argumentação do Executivo, não vou dizer do governo, porque se sabe que a questão jurídica você leva para onde quiser, e temos vários advogados aqui que podem fazer isso, mas a discussão que gera despesa é inócua. E não existe geração de despesa ao se dar prioridade a uma pessoa com deficiência ser atendida. Não tem nenhuma despesa. Digam-me uma despesa que seja.

Se tenho uma fila com dez pessoas e vou atender às dez pessoas, qual é a despesa que o nono ou o oitavo, que é deficiente, vai gerar ao estado, se ele furar a fila e ser atendido? Não tem despesa.

Então, como membro da bancada do partido do governador temos que pensar que são leis produzidas por nós. E que temos que segurar e assegurar esse direito nosso de legislar.

Então, por tanto, eu quero pedir vênua a todos os deputados, até porque vamos precisar de 21 votos para derrubar o veto, para que, pelo menos, todos pudessem exercer o voto vendo essa necessidade.

Parabéns ao deputado José Nei Ascari por esse projeto.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, eu quero ressaltar a importância desse projeto. A questão dos deficientes é extremamente justa e por isso a nossa bancada vai contribuir nessa perspectiva, porque entendemos que esse projeto é extremamente meritório. De fato, acredito que há uma tesoura muito forte lá no palácio.

Esse tipo de projeto que não gera despesa, e entendemos que ele é fundamental; por isso, vamos contribuir para a derrubada do veto.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, apenas para manifestar a nossa solidariedade a esse projeto do deputado Nei Ascari.

Não se trata de uma questão de Oposição ou Situação, porque não envolve nada de apoio ou desapoio ao governo, portanto, podemos votar de forma tranquila em relação a ISS, sem que isso signifique derrota ou vitória de governo ou de oposição. Mas já existem algumas leis que determinam certas prioridades, por exemplo, quem é portador de alguma doença têm prioridades em tramitações de processos judiciais. Existe a questão da idade também. Então, nada mais justo do que se aprovar no âmbito de Santa Catarina essa tramitação prioritária em procedimentos judiciais e administrativos em que apareça como parte pessoa portadora de deficiência.

Eu acho que é uma ação social que podemos estar fazendo dessa agenda positiva, inclusive, que se está reivindicando dos Parlamentos brasileiros. Acho que é uma ação concreta, sem que isso implique na oneração financeira do estado, mas o reconhecimento, sim, de uma questão prioritária e humanitária que podemos ter.

Portanto, o nosso apoio à derrubada desse veto, porque também entendo que a recomendação de veto deu-se muito mais por alguma questão meramente formal, burocrática, do que propriamente pela análise da constitucionalidade e juridicidade dessa matéria.

O Sr. Deputado Jailson Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Jailson Lima.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Sr. presidente, acho que esta Casa poderia encaminhar um documento, um ofício, ao governador do estado, assinado pelo presidente, para que a Procuradoria do estado desse mais atenção aos projetos, no sentido de simplesmente não indicar o veto quando não há nenhum custo e não haver nada que onere o estado, porque aqui, hoje, tem mais um projeto, deputado Dóia Guglielmi, que obriga o deficiente visual a tirar o óculos para fazer a carteira de identidade. Mas o governador vetou. E isso não tem nenhuma despesa para o estado.

Até quero registrar que eu e o deputado Darci de Matos conversamos com o secretário Serpa, e ele não viu nenhum motivo para esse veto, até ficou meio surpreso.

Então, vimos alguns vetos que às vezes não tem lógica. E por isso parabenizo o deputado José Nei Ascari pela sua coerência, trabalho, sempre dedicado nessa área. Acho que nada mais justo e democrático do que derrubar esse veto que não tem a menor justificativa plausível para essa atitude da Procuradoria do estado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputado Jailson Lima.

O Sr. Deputado Dóia Guglielmi - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Dóia Guglielmi.

O SR. DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI - Muito obrigado, sr. presidente.

Quero aqui cumprimentar o nosso colega deputado José Nei Ascari, por sua atitude. E digo ao nosso companheiro de bancada, do PSDB, que gostaria que votasse "não" ao veto, até pela importância desse projeto, porque não se está onerando o governo do estado, mas, sim, priorizando as pessoas com deficiência.

Portanto, o nosso voto é a favor de derrubarmos o veto, até porque não tem explicação para o governo do estado a respeito desse projeto.

Assim, o nosso voto é "não".

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)  
- Portanto, o voto é "não". É pela derrubada do veto.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)  
- Com a palavra, pela ordem, o deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, até na condição de líder do governo, gostaria de deixar claro que a lei não se refere quanto ao fato de onerar ou não os cofres do estado. E não é em função disso que o governo vetou, mas porque altera a lei processual civil. E essa questão da alteração é que pode criar algum problema.

Eu, na condição de líder do governo, libero toda a bancada governista para votar naquilo que for necessário, porque entendo que esse projeto é meritório e não tem como um Parlamento como este não votar um projeto dessa envergadura. Obviamente que conversaremos com o secretário Serpa para retificar isso.

Então, seria essa a orientação, sr. presidente.

O Sr. Deputado Valmir Comin - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)  
- Muito obrigado, deputado Aldo Schneider.

Com a palavra, pela ordem, o deputado Valmir Comin.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, a bancada progressista vota pela derrubada do veto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)  
- Está encerrada a discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto e os que votarem "não" rejeitam o veto.

(Procede-se à votação secreta por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER

votou

DEPUTADO ALTAIR GUIDI

votou

DEPUTADA ANA PAULA LIMA

DEPUTADA ANGELA ALBINO	votou
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	votou
DEPUTADO DADO CHEREM	
DEPUTADO DARCI DE MATOS	
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	votou
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	votou
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	votou
DEPUTADO EDISON ANDRINO	votou
DEPUTADO GELSON MERISIO	votou
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	votou
DEPUTADO JAILSON LIMA	votou
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	votou
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	votou
DEPUTADO JORGE TEIXEIRA	votou
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	votou
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	votou
DEPUTADO KENNEDY NUNES	votou
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	votou
DEPUTADO MANOEL MOTA	
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	votou
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	votou
DEPUTADO MAURO DE NADAL	votou
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	votou
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	votou
DEPUTADO NEODI SARETTA	votou
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	votou
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	votou
DEPUTADO RENATO HINNIG	
DEPUTADO RENO CARAMORI	votou
DEPUTADO ROMILDO TITON	votou
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	votou
DEPUTADO SERAFIM VENZON	votou
DEPUTADO SILVIO DREVECK	votou
DEPUTADO VALMIR COMIN	votou
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	votou

Votaram 33 srs. deputados.

Está encerrada a votação.

Temos 31 votos "não" e dois votos "sim".

Está derrubado, com larga vantagem, o veto.

Parabéns, deputado José Nei Ascari.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 0789/2013, que dispõe sobre veto total ao PL n.

0347/12, de autoria do deputado Dirceu Dresch, que institui a Política Estadual de Agroindústria Familiar do Estado de Santa Catarina.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em plenário.

Em discussão.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra o autor do projeto, deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, peço para não abrir o painel, se possível, antes de terminar o debate.

Eu, apenas, quero reforçar que nós em Santa Catarina, para termos uma ideia, se o estado quiser criar uma política para a agroindústria familiar, não tem um público definido, deputado Moacir Sopelsa. Quem é a agroindústria familiar?

Então, o meu projeto que foi aprovado nesta Casa só estipula quem é o ator na agroindústria familiar. Ele não entra em uma política de subsídio, de crédito, de assistência técnica. Mas depois, se esta Casa ou o estado quiserem criar uma lei de incentivo a esse setor, tem uma lei que justamente classifica quem é a agroindústria familiar.

Por isso, entendemos que o projeto não entra numa questão de custos e gastos para o estado. E justamente por isso peço o apoio a todos os deputados. Inclusive, é contraditório, sr. presidente, porque o estado, no SC-Rural, tem uma política de incentivo à agregação de valor. E depois que tiver criado a agroindústria, não cria uma política de fato e não tem um projeto ou uma lei que garanta quem é a pequena agroindústria familiar.

Então, por isso apresentei o projeto e peço o apoio aos deputados para derrubarem o veto.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, seguindo a orientação do governo com relação ao Veto n. 789, o governo veta totalmente o PL de autoria do deputado que institui a política de agroindústria familiar no estado. O motivo pelo veto é a inconstitucionalidade, pois o PL invade a competência legislativa que é específica do governador. Mas eu gostaria também de orientar esta Casa de que no governo, na Casa Civil, está sendo elaborado um projeto que atende especificamente à questão da política da agroindústria familiar.

Então, a Casa Civil está providenciando um projeto nessa linha que vem ao encontro do que o deputado Dirceu Dresch defende.

Nesse momento eu sugiro à bancada que vote pela derrubada do veto, pelo voto "um".

A Sra. Deputada Angela Albino - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Sr. presidente, apenas quero fazer um apontamento. Acabei de subscrever um projeto de emenda constitucional do deputado Jailson Lima propondo o fim do voto secreto também aqui na Assembleia Legislativa, quanto à derrubada de veto de qualquer matéria. Para quem está em casa assistindo, para os nossos eleitores, cidadãos e cidadãos catarinenses, de fato é oportuno e parece-me que a Casa inteira precisa se empenhar para que sejam secretos esses vetos. E quem é cidadão em Santa Catarina também tem o direito de saber o que o seu parlamentar está fazendo.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, muito obrigado. Eu também estou de acordo que quebrems todos os votos secretos da Assembleia Legislativa, inclusive para a votação de veto. Mas quero me manifestar dando voto de apoio ao projeto do deputado Dirceu Dresch,

portanto, pela derrubada do veto, no "dois", nesta votação.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, primeiro quero manifestar o meu apoio à derrubada do veto. Eu acho que é importante Santa Catarina ter uma política estadual da agroindústria familiar. É fundamental, e o estado depende muito da agricultura familiar. E faremos um gesto muito importante derrubando esse veto e instituindo uma política estadual de apoio à agroindústria familiar.

A segunda questão é a título de informe e de desejo. Em 1995, como o mais jovem deputado desta Casa, apresentei proposta para que as votações fossem abertas. Perdemos naquela ocasião a votação por 18 a 17. E acredito que agora, novos tempos, para essas propostas de voto aberto, quem sabe, possamos fazer uns 40 a zero e rever aquela decisão. Como eu disse, agora os tempos são outros e vai ser possível, sim.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Voto "um".

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Em votação a Mensagem n. 0789/2013.

Os srs. deputados que mantiverem o veto votam "um" e os deputados que derrubarem o veto votam "dois".

O Sr. Deputado José Nei Ascari - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado José Nei Ascari.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI - Sr. presidente, enquanto v.exa. aguarda a votação, eu gostaria de registrar com muita alegria a presença

do vereador Jairo dos Passos Cascaes, de Tubarão, que acompanha esta sessão. Ele também presidiu, em Santa Catarina, a Federação Catarinense das Apaes e acompanhou a derrubada do veto que atende ao anseio desse segmento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Esta Presidência também registra com alegria a presença do ilustre tubaronense e querido amigo Jairo dos Passos Cascaes.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam o projeto e os que votarem "não" rejeitam-no.

(Procede-se à votação nominal pelo processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	votou
DEPUTADO ALTAIR GUIDI	votou
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	
DEPUTADA ANGELA ALBINO	votou
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	votou
DEPUTADO DADO CHEREM	
DEPUTADO DARCI DE MATOS	
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	votou
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	votou
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	votou
DEPUTADO EDISON ANDRINO	votou
DEPUTADO GELSON MERISIO	votou
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	votou
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	votou
DEPUTADO JAILSON LIMA	votou
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	votou
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	votou
DEPUTADO JORGE TEIXEIRA	votou
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	votou
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	votou
DEPUTADO KENNEDY NUNES	votou
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	votou
DEPUTADO MANOEL MOTA	
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	votou
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	votou
DEPUTADO MAURO DE NADAL	votou
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	votou
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	votou

DEPUTADO NEODI SARETTA	votou
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	votou
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	votou
DEPUTADO RENATO HINNIG	
DEPUTADO RENO CARAMORI	votou
DEPUTADO ROMILDO TITON	votou
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	votou
DEPUTADO SERAFIM VENZON	
DEPUTADO SILVIO DREVECK	votou
DEPUTADO VALMIR COMIN	votou
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	voto

Está encerrada a votação.

Colho os resultados.

Votaram 33 srs. deputados.

Temos 15 votos "sim", 17 votos "não" e uma abstenção.

Está mantido o veto.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 00792/2013, que dispõe sobre veto total ao Projeto de Lei n. 171/2012, de autoria do deputado Moacir Sopelsa, que acrescenta item à seção II - Lista de Mercadorias de Consumo Popular, do Anexo Único da Lei n. 10.297, de 1996, que dispõe sobre o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, ICMS, e adota outras providências.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em Plenário.

Em discussão.

(Pausa)

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Moacir Sopelsa.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Sr. presidente, eu pediria que v.exa. não abrisse o painel de votação. E quero pedir a compreensão de todos os deputados, especialmente de v.exa.

Tenho conversado com o secretário Antônio Marcos Gavazzoni. E faltam poucos detalhes para que o projeto seja contemplado, se não 100%, mas

boa parte, principalmente para as pequenas indústrias.

Então, eu gostaria, se fosse possível, de ter a compreensão mais uma vez. Sei que existe um acordo para que os vetos sejam votados hoje, mas até amanhã vamos apresentar uma relação ao secretário Gavazzoni e teremos boa parte, deputado Mauro de Nadal, do nosso projeto atendido. Então, quero solicitar mais uma vez a v.exa., sr. presidente, a compreensão no sentido de tirar de votação, no dia de hoje, esse veto. É esse o pleito que faço. Não quero de forma alguma fazer com que acordos sejam defeitos, mas entendo que nós estaríamos contribuindo com um setor que vai ser beneficiado, porque já houve a boa vontade do governador Raimundo Colombo, e estamos tendo a boa vontade do secretário Gavazzoni. Então, penso que até o final de semana vamos ter a decisão e teremos um projeto que contempla aquilo que estamos pensando nesse projeto atual.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)- Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, de acordo com a colocação do deputado Moacir Sopelsa, a partir do entendimento desta Casa, que hoje votaríamos todos os vetos independentemente da presença ou não dos autores, quero comunicar a v.exa. que realmente há entendimento, desde a última terça-feira, no sentido de que a secretaria de estado da Fazenda está buscando uma alternativa para atender em parte a esse projeto de lei.

Então, não é quebrar acordo, pois estamos construindo com uma solução para Santa Catarina; por isso, solicito a v.exa., neste caso específico, até porque a secretaria de estado da Fazenda já está debruçada sobre esse assunto, para tirar esse veto de pauta, para na próxima sessão transformar em projeto de lei de origem do Executivo.

Muito obrigado, sr. presidente.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch. E vamos usar a máxima do deputado Edinho Bez, que sempre dizia que na dúvida Plenário é Plenário. E penso que a argumentação é válida, mas vamos questionar os líderes.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, nesta justificativa do deputado Moacir Sopelsa e do deputado Aldo Schneider eu concordo, mas quero fazer uma ressalva. Temos um debate do ICMS para os agroindústrias familiares desde abril, maio, do ano passado. E até hoje não se encaminhou nada ainda, ficou só na promessa e na relação. E nós precisamos ter agilidade.

Isso está acontecendo agora também na votação do projeto da agroindústria, ou seja, o estado vai encaminhar. Para nós não interessa quem é o autor do projeto. O importante é que se estipulem as políticas.

Então, se é um acordo que se constrói no sentido de que se está construindo um projeto, que se está buscando um encaminhamento, esta Casa precisa ser respeitada. É isso que queremos encaminhar, ou seja, se é possível construir acordos de encaminhamento, mas aí precisa ser para todas as bases.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Todas as lideranças concordaram.

Então, havendo acordo de líderes, fica retirada a matéria da pauta do dia de hoje, transferindo-a para a próxima terça-feira.

Srs. deputados, há uma resolução desta Casa que regulamenta os espaços abertos na Ordem do Dia para a manifestação de pessoas ou entidades. E estamos cumprindo agora, por exigência de muitas de v.exas., porque há dias havia duas ou três manifestações que acabavam interrompendo o fluxo normal das atividades aqui. Mas a deputada Luciane Carminatti traz uma excepcionalidade para amanhã, por isso não vamos incluir esse veto na Ordem do Dia de amanhã, pois já teremos aqui o lançamento

do livro do desembargador Raulino Bruning, que trata do controle de constitucionalidade das leis municipais e estaduais. É um manual prático. Essa proposta foi assinada por todos os líderes. Essa é a atividade de amanhã.

Mas há uma excepcionalidade. A deputada Luciane Carminatti está nos propondo, em função da lei que vamos precisar alterar em regime de urgência, quanto ao estabelecimento da altura mínima para que as mulheres possam participar do concurso público da Polícia Militar. Aliás, esse encaminhamento está sendo feito pela bancada feminina. O governador prometeu encaminhar o projeto de lei para aprovarmos, ainda antes do recesso, para alterar esse equívoco que promovemos na legislação.

Então, excepcionalmente para amanhã, a deputada Luciane Carminatti, em nome da bancada feminina, propõe a abertura de cinco minutos de tempo para que possa haver essa manifestação. E questiono v.exas. se podemos encaminhar assim e esse veto passaria para terça-feira.

A Sra. Deputada Angela Albino - Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, reafirmando que é uma proposição da bancada, que o deputado é porta-voz, portanto, é um anseio de todas nós ouvirmos as mulheres amanhã e corrigirmos esse equívoco. Foram quase 300 mulheres aprovadas e 86% ficaram fora do critério da altura mínima, que é 1,65m para homem e para mulheres, sendo que a média da altura mínima das mulheres brasileiras é de 1,55m.

Portanto, parabéns ao governador Raimundo Colombo que foi sensível. E espero que esta Casa amanhã possa corrigir esse erro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Perfeito!

Com a concordância de v.exas., teremos amanhã o atendimento, excepcionalmente, dos dois requerimentos.

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Luciane Carminatti.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Sr. presidente, quero só fazer o registro importante da audiência que tivemos neste momento com o governador do estado e com a bancada feminina, de onde saímos muito satisfeitas, porque o governador fez o contato necessário com todos os secretários, no sentido de compreender esse edital e manifestou seu compromisso, enquanto governo, de encaminhar projeto de lei, por parte do Executivo, a esta Casa, corrigindo essa ação discriminatória que está prevista em lei. E nós, deputadas, ficamos muito felizes, porque entendemos que as mulheres fazem muito bem a carreira militar.

Então, quero apenas informar aos deputados e também comemorar. Eu brinco, deputado Moacir Sopelsa - e hoje é o dia do meu aniversário -, dizendo que o presente veio, pois os dois pedidos que fizemos foram atendidos. Portanto, quero socializar também essa comemoração!

Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Receba os cumprimentos desta Presidência e, temos certeza, também dos catarinenses, deputada Luciane Carminatti. Parabéns pelo aniversário e pela conquista!

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Eu entendo que seria interessante, até porque vale para esse concurso público, que o governo também enviasse, junto com essa mudança da altura, a questão que tratamos há pouco tempo aqui do percentual de mulheres nas corporações, porque estamos com 6%.

Então, peço ao líder do governo, deputado Aldo Schneider, que possa conversar com o governo para que seja encaminhada, junto com essa mudança da

altura, também essa questão do percentual. Que tirássemos, talvez, a palavra máximo 6%, porque senão vai dar o mesmo problema que deu no bombeiro: vão sobrar mulheres aptas e faltar homens para completar as vagas.

Portanto, já que vamos mudar, deputado presidente - e sei que v.exa. também estava nessa luta -, precisaríamos conversar para vir no mesmo projeto essa mudança.

Eu não sei se será 6%, mas o que temos que tirar é o máximo 6%, porque senão o que aconteceu no bombeiro vai acontecer agora também. E já que é para mudar para esse concurso público, muda-se também essa questão do percentual.

Muito obrigado, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)  
- Muito obrigado, deputado Kennedy Nunes.

A Sra. Deputada Angela Albino - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)  
- Com a palavra, pela ordem, a deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, quero fazer dois apontamentos. O primeiro é que hoje nem 3% das mulheres ocupam essas vagas pela quantidade de limitações que há para elas participarem, porque começa com a prova de esforço físico, que é igual, e até então o limite de altura também era igual na lei.

O que a bancada feminina pede a toda Assembleia Legislativa é que não mexa nesse assunto agora. Para nós é prioritário que se mexa na altura, sr. presidente, porque essas meninas estarão submetidas a uma segunda prova no dia 25 de julho e, portanto, a Assembleia Legislativa precisa aprovar antes do recesso essa lei para elas poderem fazer a prova.

Esse debate de aumentar a participação das mulheres na nossa Polícia Militar e no bombeiro é ótimo e precisamos encaminhá-lo, mas por hora precisamos dar conta desse assunto urgente, que é o limite de idade, e que tem data, que é 25 de julho!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)  
- Muito obrigado, deputada Angela Albino.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)  
- Com a palavra, pela ordem, o deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, ainda sobre esse debate queremos dizer que apresentamos emenda substitutiva global lá na discussão do PLC e perdemos pelo parecer dos comandos, das instituições militares e da secretaria de Segurança.

Então, o parecer veio negativado para proposta de emenda e daí foi aprovado. Há a questão da idade e a questão do máximo de 6%, e se é o máximo de 6% pode ser, inclusive, nenhuma mulher. Nós queríamos trocar por no mínimo 6% que era para ter pelo menos 6%, porque na forma que está pode ser nenhuma.

Portanto, isso precisa, sim, mudar. Eu acho que é preciso ver essa questão, assim como também a questão da tatuagem, que é outro elemento que pode discriminar por uma tatuagem que não apareça publicamente no uniforme de trabalho. E acho que isso é essencial e não em todo e qualquer uniforme, conforme está estabelecido na lei.

Mas fico feliz e parablenizo as quatro deputadas e o movimento das mulheres que garantirá essa vitória já para amanhã.

O Sr. Deputado Mauro de Nadal - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)  
- Com a palavra, pela ordem, o deputado Mauro de Nadal.

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Sr. presidente, atendendo ao apelo da bancada feminina aqui na Casa, tão logo este projeto de lei dê entrada aqui no Parlamento catarinense eu assumo o compromisso de convocar extraordinariamente a comissão de Constituição e Justiça para apreciar a matéria.

O Sr. Deputado Dóia Guglielmi - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)  
- Com a palavra, pela ordem, o deputado Dóia Guglielmi.

O SR. DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI - Sr. presidente, queremos também, da mesma forma, parabenizar o movimento das quatro deputadas junto às mulheres e dizer que tivemos também essa iniciativa, sendo que o projeto da redução da altura foi nosso, com 1,55m para as mulheres e 1,60m para os homens. Depois houve essa reunião da bancada das mulheres e também hoje, juntamente com o governador.

Portanto, v.exas. estão de parabéns. A nossa iniciativa é a mesma: fazer com que realmente essa conquista seja para todas.

Parabenizo v.exas. e também o governador por ter entendido o nosso manifesto junto ao de v.exas.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)  
- Muito obrigado, deputado Dóia Guglielmi.

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)  
- Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Luciane Carminatti.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Sr. presidente, gostaria de sugerir que as comissões sentassem para agilizar esse entendimento assim que o governo encaminhar para esta Casa. Como a data é 25 de julho, e teremos recesso na semana que vem, a não ser que não tenha o recesso. Mas, enfim, 25 de julho é a etapa que elas precisam garantir o andamento.

Então, pedimos, eu, a deputada Dirce Heiderscheidt, a deputada Angela Albino e a deputada Ana Paula Lima, a reunião em conjunto das comissões.

Quero agradecer a sensibilidade dos srs. deputados, pois todos foram muito atenciosos com o nosso pedido. E acredito que este Parlamento quando se unifica nas questões importantes conseguimos corrigir distorções e equívocos como esse.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, a sr. deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, só para reforçar o apoio, até porque se mede a competência das pessoas pela inteligência, capacidade, não pela altura.

O IBGE diz que a altura média das mulheres no Brasil é de 1,60m, e a exigência é de 1,65m. Então, vai contra. E aproveito essa homenagem às mulheres para saudar a vereadora Márcia Hirsch, do município de Palmitos, que está aqui para tratar da questão da Udesc para o município de Palmitos. Registro também a presença do vereador Volmar Gandolfi, o novo presidente da Câmara de Vereadores de Palmitos, do vereador Flandes Schlindwein, de Romelândia, e de todos os vereadores que estão aqui.

Registramos o nosso apoio no sentido de que aquela lei, que até entendo que tinha que ter algumas correções, seja regularizada pela iniciativa das deputadas.

A Sra. Deputada Dirce Heiderscheidt - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Dirce Heiderscheidt.

A SRA. DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHEIDT - Sr. presidente, até para registrar também o feito do governador e agradecer a audiência que ele teve conosco, onde ele sinalizou à bancada feminina que estará nomeando a coordenadoria da mulher. E a bancada feminina conta com mais esse apoio da Coordenadoria da Mulher, que estava desocupada até então.

Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Obrigado, deputada Dirce Heiderscheidt.

Está encerrada a discussão desse requerimento.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 0821/2012, que dispõe sobre veto parcial ao PL./0019.1/2012, de autoria do deputado Carlos

Chiodini, que institui no âmbito do estado de Santa Catarina o Dia de Combate à Intolerância Religiosa.

Conta com parecer da Comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em plenário.

Em discussão.

(Pausa)

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - O governo veta parcialmente o projeto no artigo III e IV, por entender que cria obrigação aos órgãos públicos. Viola o princípio constitucional da separação dos Poderes.

Então, parcialmente, o governo está vetando este projeto de autoria do eminente deputado Carlos Chiodini.

Então, como o veto é parcial, se é no artigo III e IV, seria número "um".

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Em votação.

Aberto o painel, quem votar "sim" mantém o veto, quem votar "não" rejeita o veto.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	votou
DEPUTADO ALTAIR GUIDI	votou
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	
DEPUTADA ANGELA ALBINO	Votou
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	votou
DEPUTADO DADO CHEREM	
DEPUTADO DARCI DE MATOS	
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHEIDT	votou
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	votou
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	votou
DEPUTADO EDISON ANDRINO	votou
DEPUTADO GELSON MERISIO	votou
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	votou

DEPUTADO JAILSON LIMA	votou
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	votou
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	votou
DEPUTADO JORGE TEIXEIRA	votou
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	votou
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	votou
DEPUTADO KENNEDY NUNES	votou
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	votou
DEPUTADO MANOEL MOTA	
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	votou
DEPUTADO MAURO DE NADAL	votou
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	votou
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	votou
DEPUTADO NEODI SARETTA	votou
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	votou
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	votou
DEPUTADO RENATO HINNIG	
DEPUTADO RENO CARAMORI	votou
DEPUTADO ROMILDO TITON	votou
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	votou
DEPUTADO SERAFIM VENZON	votou
DEPUTADO SILVIO DREVECK	votou
DEPUTADO VALMIR COMIN	votou
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	

Está encerrada a votação.

Temos 16 votos "sim" e 15 votos "não".

Está mantido o veto.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, a sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, quero registrar que temos em mãos um documento do coordenador do Renavam, Ivoneide Evaristo Nunes Dias, que é do Denatran, sobre o emplacamento dos tratores e máquinas agrícolas, que foi suspensa a transação 207, temporariamente, para ser adequada a Portaria n. 011/2013, do Denatran.

Então, está suspenso o emplacamento das máquinas agrícolas, como das reivindicações do setor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)  
- Discussão e votação em turno único da Mensagem de Veto n. 0822/2013, que apõe veto total ao PL n. 0327/2012, de autoria do deputado Jailson Lima, que dispõe sobre a expedição de carteira de identidade aos portadores de deficiência visual no estado de Santa Catarina.

Em discussão.

Com a palavra o autor, deputado Jailson Lima.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Presidente, este projeto tem a mesma ordem de sequência do deputado José Nei Ascari, tendo em vista de que não há ônus nenhum para o estado, apenas vai impedir o constrangimento de quem já tem uma deficiência física, como a deficiência visual, ter que tirar o óculos para fazer a carteira de identidade.

Então, o que ele faz é permitir que um deficiente físico, que já tem o seu atestado, tire a sua carteira de identidade com os seus óculos, nada mais do que isso. Por isso, estamos aqui pedindo a derrubada do veto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)  
- Muito obrigado, deputado Jailson Lima.

Com a palavra, o sr. deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Em nome do governo, até por orientação do governo, ele sugere que liberemos a bancada do governo para votar favoravelmente à derrubada desse veto. É o mesmo projeto, no sentido de que causa constrangimento às pessoas. Então, de qualquer forma, a Casa Civil entende que não causa prejuízo nenhum ao estado a manutenção dessa lei.

Por isso, sr. presidente, estamos liberando a bancada para votar conforme a sua consciência.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)  
- Em votação.

Quem votar "sim" mantém o veto. Quem votar "não" rejeita o veto.

O Sra. Deputada Luciane Carminatti - Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)  
-Com a palavra, pela ordem, a sra. Deputada Luciane Carminatti.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Gostaria de registrar a presença do vice-prefeito de Coronel Freitas, Cesar Martinelli.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Esta presidência registra com alegria a presença do nosso vice-prefeito Cesar Martinelli, do município de Coronel Freitas.

O Sr. Deputado Mauro de Nadal - Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Mauro de Nadal.

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Gostaria de registrar a presença do sr. Élio Godoy, secretário Regional de Palmitos, do José Roberto Gomes, nosso vice-prefeito daquele município, dos empresários Vignatti e Elson Otto, representantes da Acip/CDL, e dos vereadores Volmar, Loreni, Marcia, Rodemar e Claudenir e também do secretário de Educação, de Palmitos, que estiveram aqui discutindo um tema muito importante, que é a manutenção da Udesc em Palmitos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputado Mauro de Nadal.

Esta Presidência também registra e agradece as presenças, ao tempo em que pede escusas por não ter conseguido participar, infelizmente, da audiência pública de hoje, mas feliz com o bom encaminhamento.

Parabéns a v.exa., deputado Mauro de Nadal, deputada Luciane Carminatti, deputado Maurício Eskudlark, deputado Neodi Saretta e a todos aqueles que estão envolvidos nesta causa.

Em votação.

(Procede-se à votação secreta por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	votou
DEPUTADO ALTAIR GUIDI	votou
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	
DEPUTADA ANGELA ALBINO	votou
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	votou
DEPUTADO DADO CHEREM	
DEPUTADO DARCI DE MATOS	

DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	votou
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	votou
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	votou
DEPUTADO EDISON ANDRINO	
DEPUTADO GELSON MERISIO	
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	votou
DEPUTADO JAILSON LIMA	votou
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	votou
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	votou
DEPUTADO JORGE TEIXEIRA	votou
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	votou
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	votou
DEPUTADO KENNEDY NUNES	votou
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	votou
DEPUTADO MANOEL MOTA	
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	votou
DEPUTADO MAURO DE NADAL	votou
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	votou
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	votou
DEPUTADO NEODI SARETTA	votou
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	votou
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	votou
DEPUTADO RENATO HINNIG	
DEPUTADO RENO CARAMORI	votou
DEPUTADO ROMILDO TITON	votou
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	votou
DEPUTADO SERAFIM VENZON	votou
DEPUTADO SILVIO DREVECK	votou
DEPUTADO VALMIR COMIN	votou
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	

Está encerrada a votação.

Colho o resultado.

Temos 20 votos "não" e nove votos "sim".

Está mantido o veto.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 0823/2013, de origem governamental, que apõe veto total ao Projeto de Lei 0038/2011, de autoria do deputado Sargento Amauri Soares, que padroniza a velocidade máxima permitida na passagem de veículos automotores por redutores eletrônicos instalados nas rodovias e estradas estaduais e municipais.

Conta com o parecer da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em plenário.

Em discussão.

(Pausa)

O Deputado Sargento Amauri Soares - Pela ordem, para discussão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra o eminente autor, deputado Sargento Amauri Soares, para discussão.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Muito obrigado, sr. presidente.

Caros colegas deputados e sras. deputadas, estamos debatendo esse assunto, já no segundo mandato, inclusive por sugestão de lideranças políticas, de moradores da cidade de Blumenau, buscando reproduzir uma política de padronização das lombadas eletrônicas e dos radares, nas rodovias estaduais e municipais já existentes em Blumenau. Há vários anos, os deputados de Blumenau podem aqui dizer de quem é a autoria, pois eles eram vereadores e fizeram esse debate na Câmara.

Estamos buscando fazer isso para o estado de Santa Catarina já no primeiro mandato, e naquela legislatura foi vetado. Agora, foi aprovado com mais ênfase. Pensei que estava garantido, mas veio o veto novamente.

Quero dizer que temos essa intenção por estar convencido de que a padronização das lombadas eletrônicas e dos radares, nas rodovias, serve para a segurança dos usuários, diminui a quantidade de acidentes e de engarrafamentos e combate a indústria da multa.

Não tenho dúvida disso, estou cada vez mais convencido de que um radar a 60km/hora, outro a 80, a 40 e a 30 provoca distorções, falta de padronização, inclusive prejudica a educação do motorista para o trânsito. O radar pode evitar acidentes, mas se tem um a 20km/hora e os outros na frente estão a 80, quem não conhece aquela rodovia, quando vê uma placa que irá ter um radar, mete o pé no freio. E já vi acidente provocado dessa forma. O sinal fecha de vereda, e quem vem atrás não consegue parar, ou se vem ultrapassando

e, se a fila está antes da curva, acaba não conseguindo retornar para a sua pista.

Quanto à indústria dos caça-níqueis, temos decisões nesse sentido de que o Poder Judiciário está legislando porque os Legislativos estão deixando brechas. Lembro, para citar um exemplo, na cidade de Palhoça, há alguns anos, lá na geral da Barra, onde a estrada era toda de lajota, cheia de ondas, não se andava a mais de 40 km/hora. Asfaltou-se 300 metros daquela geral e, mais ou menos, no meio desse trecho asfaltado tem um radar com a lombada eletrônica. Quem está andando numa estrada de calçamento irregular, não passa de 40km/hora, mas quem chega num asfalto, depois de estar há alguns quilômetros nessa pista, na hora em que vai para o asfalto, acelera automaticamente, pois 150 metros à frente havia uma lombada eletrônica e ele levava multa, e a 150 metros mais à frente terminava novamente o asfalto e voltava então obrigatoriamente para os 40 km/hora.

Então, é isso que chamo de indústria da multa. Por esse motivo a ideia de padronizar os radares e as lombadas eletrônicas.

Nos grandes centros urbanos, os motoristas adotam a média de velocidade de 50km/hora para todo e qualquer trecho. Isso acontece hoje, aqui, na avenida Beira-Mar. Agora está padronizado a 80km/hora, e ninguém passa de 60km/hora, 70km/hora, diminuindo a quantidade de acidentes e também, ao mesmo tempo, evitando um excesso de multa.

Então, pediria aos nobres pares a derrubada desse veto, na perspectiva de que se possa avançar nesse debate e criar mais essa política de interesse público no estado de Santa Catarina.

Muito obrigado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)

Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Entendo que é de extrema importância derrubarmos esse veto, até porque, quanto à prerrogativa do estado no veto, dizendo que não podemos legislar, basta lembrar que esta Casa aprovou uma lei que está em vigor até hoje, que é a proibição de radares nas rodovias estaduais. Então, não existe.

Por isso, reforço a palavra do autor do projeto pedindo que possamos derrubar esse veto. E se porventura tiver inconstitucionalidade, deixa quem quiser entrar com Adin. Mas vamos fazer a nossa parte, que é salvar vidas, por conta da padronização da velocidade.

Obrigado, sr. presidente.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, essa matéria é de competência exclusiva da Constituição Federal.

Portanto, a orientação do governo é pelo veto.

O voto é "um", sr. presidente.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Eu tenho séria divergências com o deputado Sargento Amauri Soares, principalmente na questão doutrinária e política. Muitas vezes, divergimos aqui, mas de forma respeitosa. Ele tem um ponto de vista sobre o prisma político, e eu tenho outro. Mas nesse quesito caminhamos juntos, deputado Sargento Amauri Soares, porque entendo ser muito pertinente a sua matéria, mesmo que possamos ter problemas em relação à constitucionalidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Está encerrada a discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam o veto e os que votarem "não" rejeitam-no.

(Procede-se à votação secreta por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	votou
DEPUTADO ALTAIR GUIDI	votou
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	
DEPUTADA ANGELA ALBINO	votou
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	votou
DEPUTADO DADO CHEREM	
DEPUTADO DARCI DE MATOS	
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	votou
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	votou
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	votou
DEPUTADO EDISON ANDRINO	
DEPUTADO GELSON MERISIO	
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	votou
DEPUTADO JAILSON LIMA	votou
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	votou
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	votou
DEPUTADO JORGE TEIXEIRA	votou
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	votou
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	votou
DEPUTADO KENNEDY NUNES	votou
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	votou
DEPUTADO MANOEL MOTA	
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	votou
DEPUTADO MAURO DE NADAL	votou
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	votou
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	votou
DEPUTADO NEODI SARETTA	votou
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	votou
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	votou
DEPUTADO RENATO HINNIG	
DEPUTADO RENO CARAMORI	votou
DEPUTADO ROMILDO TITON	votou
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	votou
DEPUTADO SERAFIM VENZON	votou
DEPUTADO SILVIO DREVECK	votou
DEPUTADO VALMIR COMIN	votou
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	

Está encerrada a votação.

Colho o resultado.

Votaram 20 srs. deputados.

Temos oito votos "sim", 20 votos "não" e uma abstenção.

Por um voto novamente, está mantido o veto.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 0837/2013, que dispõe sobre veto total ao PL n. 0257/2011, de autoria do deputado Dirceu Dresch, que altera o art. 1º da Lei nº 12.282, de 2002, que dispõe sobre o fornecimento de alimentos orgânicos na merenda escolar, nas unidades educacionais do estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em plenário.

Em discussão.

Com a palavra o autor do projeto, deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, este projeto foi aprovado nesta Casa na perspectiva de trazer mais saúde para as nossas crianças.

Hoje pela manhã, inclusive, deputado Kennedy Nunes, discutimos um projeto de v.exa. em relação à publicidade nos meios de comunicação, em nosso estado, sobre esse tema, com o qual eu concordo. Acho fundamental reeducarmos as nossas crianças na questão da alimentação escolar, e isso começa principalmente na escola.

A cozinha da escola tem que ser um laboratório na questão de aprendizado sobre a qualidade dos elementos e sua importância.

Então, estamos começando com 10%, e em três anos serão 20%, justamente para provocar na comunidade escolar um debate sobre a importância da qualidade dos alimentos.

Temos, infelizmente, um percentual de aproximadamente 30% das nossas crianças, em idade escolar, já com problema de obesidade infantil. Por onde passa isso? De onde vem isso? Vem da má alimentação, do excesso de refrigerantes, de produtos industrializados que as nossas crianças consomem.

Então, já temos mais de 3.300 agricultores produzindo alimentação saudável, agroecológica,

orgânica, no estado. E isso dará oportunidade aos agricultores, como também à escola, de oferecer educação alimentar.

Temos belos exemplos pelo estado. Em muitos municípios já existe essa lei. Infelizmente, o estado novamente passou a tesoura e não quer encarar esse tema com as nossas crianças de Santa Catarina. Se o estado não tem essa compreensão, a secretaria da Educação, esperamos que os colegas aqui me ajudem a derrubar esse veto.

Obrigado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Essa matéria é pertinente única e exclusivamente ao Executivo. Obviamente entendo que a colocação do eminente deputado Dirceu Dresch é procedente, mas é o Executivo que tem que fazer esse trabalho. E obviamente levaremos na condição de indicação para que o Executivo construa essa lei.

Por ora, a orientação do governo é voto "um" nesse projeto, sr. presidente

O SR. **PRESIDENTE** (Deputado Joares Ponticelli) - Aberto o painel de votação.

Quem votar "sim" aprova o veto, quem votar "não" rejeita o veto.

(Procede-se à votação secreta por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	votou
DEPUTADO ALTAIR GUIDI	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	
DEPUTADA ANGELA ALBINO	votou
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	votou
DEPUTADO DADO CHEREM	
DEPUTADO DARCI DE MATOS	
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	votou
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	votou
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	votou

DEPUTADO EDISON ANDRINO  
votou  
DEPUTADO GELSON MERISIO  
DEPUTADO GILMAR KNAESEL  
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS votou  
DEPUTADO JAILSON LIMA votou  
DEPUTADO JEAN KUHLMANN votou  
DEPUTADO JOARES PONTICELLI votou  
DEPUTADO JORGE TEIXEIRA votou  
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER votou  
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI  
DEPUTADO KENNEDY NUNES votou  
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI votou  
DEPUTADO MANOEL MOTA  
DEPUTADO MARCOS VIEIRA  
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK votou  
DEPUTADO MAURO DE NADAL votou  
DEPUTADO MOACIR SOPELSA votou  
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO votou  
DEPUTADO NEODI SARETTA votou  
DEPUTADO NILSON GONÇALVES votou  
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA votou  
DEPUTADO RENATO HINNIG  
DEPUTADO RENO CARAMORI votou  
DEPUTADO ROMILDO TITON votou  
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES votou  
DEPUTADO SERAFIM VENZON votou  
DEPUTADO SILVIO DREVECK votou  
DEPUTADO VALMIR COMIN votou  
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Quero aproveitar para registrar a presença do prefeito de Massaranduba, que aqui está, que sempre vem a Florianópolis tratar de assuntos que dizem respeito ao seu município.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Esta presidência também registra com muita alegria a presença do prefeito Fernando, de Massaranduba.

Esta Presidência questiona se todos exerceram o direito de voto.

(Pausa)

Está encerrada a votação.

Colho o resultado.

Foram 18 votos "sim" e 10 votos "não".

Está mantido o veto.

Discussão e votação em turno único da mensagem de veto n. 00853/2013, que dispõe sobre veto total ao PL 0271/2011, de autoria da deputada Ana Paula Lima, que cria o Programa Pró-Egresso.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em plenário.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

A votação será secreta, através do painel eletrônico.

(Procede-se à votação secreta por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	votou
DEPUTADO ALTAIR GUIDI	votou
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	
DEPUTADA ANGELA ALBINO	votou
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	votou
DEPUTADO DADO CHEREM	
DEPUTADO DARCI DE MATOS	
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHEIDT	votou
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	votou
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	votou
DEPUTADO EDISON ANDRINO	votou
DEPUTADO GELSON MERISIO	
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	votou
DEPUTADO JAILSON LIMA	votou
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	votou
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	votou
DEPUTADO JORGE TEIXEIRA	votou
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	votou
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	
DEPUTADO KENNEDY NUNES	votou

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	votou
DEPUTADO MANOEL MOTA	
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	votou
DEPUTADO MAURO DE NADAL	votou
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	votou
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	votou
DEPUTADO NEODI SARETTA	votou
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	votou
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	votou
DEPUTADO RENATO HINNIG	
DEPUTADO RENO CARAMORI	
DEPUTADO ROMILDO TITON	votou
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	votou
DEPUTADO SERAFIM VENZON	votou
DEPUTADO SILVIO DREVECK	votou
DEPUTADO VALMIR COMIN	votou
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	

Colho o resultado.

Temos 16 votos "sim" e 12 votos "não".

Está mantido o veto.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 0861/ 2013, que dispõe sobre veto total ao Projeto de Lei n. 0129/2012, de autoria do deputado Altair Guidi, que dispõe sobre a pesquisa e a utilização de plantas nativas da flora catarinense.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - O sr. governador veta o referido projeto por entender que o projeto fere o art. 32, o art. 50, inciso 6º e 71 e a alínea "a" da Constituição Estadual, um que fala da independência dos Poderes, um que atribui a administração estadual ao governador e

outro que fala da iniciativa legislativa da matéria.

Então, portanto, seguindo orientação da Casa Civil, eu voto "um".

O Sr. Deputado Altair Guidi - Pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado Altair Guidi.

O SR. DEPUTADO ALTAIR GUIDI - Sr. presidente, gostaria de fazer a defesa. O projeto é de boa procedência. Trata-se de um grande projeto. Tanto é verdade que enviei essa matéria para todos os prefeitos de Santa Catarina e vários já mandaram a mesma para as Câmaras de Vereadores. A ideia é que façam a plantação de árvores nas praças utilizando vegetação nativa. Isso fará com que muitos pássaros venham para o centro da cidade, em função dos agrotóxicos aplicados na agricultura. E assim no centro da cidade os pássaros teriam um bom abrigo, que seria a vegetação nativa. Esse é o meu ponto de vista.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Com todo o respeito ao deputado líder do governo, pois sei que v.exa. lê o que a Casa Civil manda, mas podemos perceber que em todas as defesas que a Casa Civil mandou para cá aparecem sempre os mesmos artigos. Qual é a despesa, qual é o problema desse projeto que defende a plantação de vegetação nativa de Santa Catarina nas praças? Qual é a despesa?

A minha bronca é com a Casa Civil, e precisamos estar mostrando isso, porque o projeto é trabalho nosso. Houve investimento do gabinete do deputado, deste Poder, e agora vamo-nos colocar à disposição de técnicos burocráticos que não sabem sequer o que é árvore nativa. Pensemos nisso. E peço que derrubemos o veto em protesto contra essa forma *ctrl-c ctrl-v* dos vetos que a

Casa Civil está mandando para cá. Desculpe o desabafo, sr. presidente.

O Sr. Deputado Altair Guidi - Pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado Altair Guidi.

O SR. DEPUTADO ALTAIR GUIDI - Gostaria de agradecer o pronunciamento do deputado Kennedy Nunes. Diante de tudo o que vimos, entendemos que há projetos do Legislativo que podem proceder e são derrubados. É importante que esta Casa tenha uma comissão que analise os projetos antes da votação, porque vemos que alguns não têm consistência nenhuma, mas há outros que têm. Então, quando o projeto tem consistência seria importante que toda a Casa defendesse-o.

Era o que eu gostaria de pedir a todos. Estou aqui no quinto mandato e ainda vou fazer um pronunciamento antes do fim deste mandato, para contar a história que temos vivido aqui. Lamentavelmente há coisas que temos vergonha de dizer que participamos. Essa é a grande verdade do Poder Legislativo. Estamos num país em que o Poder Executivo pode tudo e com uma Constituição que diz o contrário. E estamos aceitando o besteiro que a nossa presidente fala: que vai fazer 800 hospitais, 700 aeroportos. Acho que ela sabe fazer bem é estádio, porque o chefe dela mandou fazer.

Então, você vê que neste país acontecem coisas que não podemos nem falar. Vemos a nossa Petrobras, a nossa Eletrobras, para onde estão indo. A Petrobras está mandando no país.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto e os que votarem "não" derrubam-no.

(Procede-se à votação secreta por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	votou
DEPUTADO ALTAIR GUIDI	votou
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	
DEPUTADA ANGELA ALBINO	votou
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	

DEPUTADO CARLOS CHIODINI	votou
DEPUTADO DADO CHEREM	
DEPUTADO DARCI DE MATOS	
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	votou
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	votou
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	votou
DEPUTADO EDISON ANDRINO	
DEPUTADO GELSON MERISIO	
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	votou
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	votou
DEPUTADO JAILSON LIMA	votou
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	votou
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	votou
DEPUTADO JORGE TEIXEIRA	votou
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	votou
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	
DEPUTADO KENNEDY NUNES	votou
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	votou
DEPUTADO MANOEL MOTA	
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	votou
DEPUTADO MAURO DE NADAL	votou
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	votou
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	votou
DEPUTADO NEODI SARETTA	votou
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	votou
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	votou
DEPUTADO RENATO HINNIG	
DEPUTADO RENO CARAMORI	votou
DEPUTADO ROMILDO TITON	votou
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	votou
DEPUTADO SERAFIM VENZON	votou
DEPUTADO SILVIO DREVECK	votou
DEPUTADO VALMIR COMIN	votou
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	

Está encerrada a votação.

Colho o resultado.

Votaram 29 srs. deputados.

Temos 11 votos "sim", 17 votos "não" e uma abstenção.

Está mantido o veto.

Esta Presidência comunica que serão encaminhadas aos destinatários as Indicações n.s: 0433/2013, de autoria do deputado José Nei Ascari;

0434/2013, de autoria do deputado Sargento Amauri Soares; 0435/2013, de autoria do deputado Ismael dos Santos; 0436/2013, 0439/2013, de autoria do deputado Neodi Saretta; 0437/2013, de autoria do deputado Aldo Schneider; 0438/2013, 0440/2013, de autoria do deputado Antônio Aguiar, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Também comunica que defere de plano os Requerimentos n.s: 0733/2013, 0734/2013, 0735/2013, 0736/2013, 0737/2013, 0738/2013, de autoria do deputado Carlos Chiodini; 0740/2013, de autoria da deputada Dirce Heiderscheidt; 0741/2013, de autoria do deputado Mauro de Nadal; 0742/2013, de autoria do deputado Aldo Schneider; 0743/2013, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0744/2013, de autoria do deputado Jailson Lima.

Requerimento n. 0739/2013, de autoria do deputado Gilmar Knaesel, que solicita ao presidente das Centrais Elétricas de Santa Catarina que seja instalada iluminação pública, com lâmpadas de vapor de sódio, nas rodovias que ligam os municípios de Timbó/Benedito Novo, Timbó/Rodeio, Benedito Novo/Rio dos Cedros e na rodovia Pomerode/Rio dos Cedros/Timbó.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0057/2013, de autoria do deputado Antônio Aguiar, a ser enviada aos presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados e ao coordenador do Fórum Parlamentar Catarinense no Congresso Nacional, manifestando contrariedade à Proposta de Emenda Constitucional n. 457-B/2005.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0058/2013, de autoria do deputado Antônio Aguiar, a ser enviada ao ministro dos Transportes, ao Superintendente do DNIT e ao presidente da Valec, em Brasília, solicitando a alteração do Edital de Licitação n. 004/2013.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0059/2013, de autoria do deputado José Milton Scheffer, a ser enviada ao ministro do Estado da Pesca e da Aquicultura e demais autoridades, solicitando a prorrogação pelo prazo de 24 meses da proibição da pesca de malha por embarcações motorizadas.

Em discussão.

O Sr. Deputado José Milton Scheffer - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra o autor do projeto, deputado José Milton Scheffer.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Sr. presidente, quero aproveitar e apresentar a todos os nossos pares a Instrução Normativa n. 12. Se essa instrução não for prorrogada, a partir de agosto os nossos pescadores não poderão mais pescar com pesca artesanal nem com canoas, aqui, no litoral, por falta de regramento. O governo não fez o regramento, o ministério da Pesca e o do Meio Ambiente também não fizeram. E os penalizados serão os que sobrevivem da pesca artesanal.

Por isso, essa moção. E aproveito para apelar a todos os pares que possam contribuir junto ao ministério da Pesca, no sentido de prorrogar essa Instrução Normativa n. 12 e aí viabilizar a pesca artesanal em todo litoral catarinense, que já vem sendo prejudicada por uma série de normas.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)  
- Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada a moção.

Pedido de Informação n. 0068/2013, de autoria do deputado Sargento Amauri Soares, a ser enviado ao secretário de estado da Infraestrutura, solicitando informações sobre qual o montante aplicado na recuperação da ponte Hercílio Luz, no período de janeiro de 2000 a 2013.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n 069/2013, de autoria do deputado Jailson Lima, a ser enviado ao secretário de estado da Educação, solicitando informações acerca do motivo da suspensão do edital do Projeto Mente Inovadora.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Inscrito para falar sr. deputado Dirceu Dresch, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Quero saudar a todos que nos acompanham, os srs. deputados, as sras. deputadas, os vereadores e prefeitos que visitam esta Casa.

Sr. presidente, quero aqui, primeiro, fazer um informe de que não participamos da audiência

pública sobre a permanência da Udesc em Palmitos, porque tivemos sessão e audiência pública.

Também quero reafirmar, deputado Sargento Amauri Soares, a questão do Regimento Interno no sentido de que quando temos sessão não podemos realizar audiência pública; por isso, precisamos achar outros encaminhamentos. Ou participamos, aqui, dos debates, sendo que faço questão de fazer isso aqui da tribuna, dos debates internos, das falas dos partidos, porque não podemos estar em dois espaços ao mesmo tempo.

Talvez encaminhar aqui uma audiência pública, no horário das comissões... E faço essa reclamação, mas justifico às lideranças de Palmitos que estão aqui o motivo de não participar da audiência. É que eu estava, aqui, participando do plenário.

Além disso, temos os encaminhamentos dos grandes temas que a nossa presidente Dilma Rousseff pautou nesses últimos dias, principalmente a partir das grandes mobilizações que houve neste país. E um dos temas centrais que a sociedade brasileira vem reclamando é o da saúde pública. Quero aqui trazer presente o anúncio da nossa presidente, nesta semana de lançamento do Pacto pela Saúde (mais hospitais, mais unidades de saúde, mais médicos, mais formação), eis que até 2015 serão 35 mil postos de trabalho abertos para médicos. E caso as vagas disponíveis não sejam preenchidas por médicos brasileiros, o governo vai autorizar a contratação de estrangeiros.

O governo federal também está investindo R\$ 7,4 bilhões na construção, reforma e compra de equipamentos para postos de saúde, unidades de pronto atendimento, as UPAs, e hospitais. Em 2014, serão investidos R\$ 5,5 bilhões em novas unidades.

Aqui, temos talvez as mais diversas visões, debates e muitas vezes até contradições. E sou da opinião de que este país, os nossos estados, os nossos municípios acabam investindo demais em um curativo. Então, precisamos avançar, numa perspectiva do preventivo. E há poucos minutos defendi nesta Casa a derrubada de um veto que destina, em quatro anos, 20% da nossa alimentação

nas escolas, uma alimentação saudável, sem veneno, sem química, para parar de intoxicar as nossas crianças nas escolas.

Nós queremos começar lá na educação, com o preventivo, reeducando o nosso povo brasileiro na alimentação, porque aí está um dos grandes focos das nossas doenças, eis que depois gastamos o que temos e o que não temos no curativo.

Quando vai para discutir financiamento, todo mundo se apavora, porque não quer pagar mais impostos, não quer aumentar o curativo. Vivo em um município pequeno, município de Saudades, onde fui conselheiro municipal de Saúde, deputado Sargento Amauri Soares. Lá fizemos um trabalho preventivo nas comunidades, quando eu era presidente do sindicato, junto com médicos, com enfermeiros, com lideranças. E logo, logo, começou a faltar doentes. E aí corria o risco de o hospital fechar, porque não tinha mais doentes.

Então, estamos vivendo um mercado de saúde neste país, onde a saúde pública não vai funcionar. E dizia a um médico que eu defendia o SUS, esse belo sistema que construímos com muita luta, em 1988, na Constituição. E avançamos, melhoramos o Sistema Único de Saúde. Mas ele dizia o seguinte: "ou conseguimos construir novas visões nos nossos profissionais de saúde, que de fato o SUS é o grande sistema, ou esse sistema de fato está condenado a morrer". E a sociedade tem que abraçar essa causa, porque esse é um dos melhores sistemas públicos de saúde do mundo. Tem muitos gargalos, tem. E para ter um sistema de saúde pública neste país temos que de fato ter profissionais que defendam esse sistema, menos investimento no curativo e mais investimento no preventivo.

Temos hoje municípios que têm um belo posto de saúde que faz quase tudo ali. É nisso que nós precisamos investir. E precisamos fortalecer os municípios. Eu dizia, de manhã, na CCJ, que os municípios têm feito mais do que conseguem fazer e têm condições de fazer.

Agora, o estado também precisa fazer sua parte. Não adianta aqui discutirmos o novo pacto

federativo. Deveriam vir mais recursos para o estado. O estado precisa fazer melhor o seu papel. A união está fazendo com a alta complexidade. Precisamos reformar a tabela do SUS? Precisamos. Eu concordo com isso. Engana-se quem acha que só reformando a tabela do SUS vai revolver o problema de saúde pública. Não é verdade. Precisamos rediscutir, precisamos discutir gestão, sim.

Nós temos hoje, em cada município um pequeno hospital que tem que sobreviver, e precisamos enfrentar esse debate. As redes básicas de saúde que o governo federal está implantando no Brasil é uma bela experiência e na minha avaliação está dando certo. Então, é isso que nós precisamos.

Agora, precisamos parar também de colocar, como já dizíamos no início deste governo, do governador Raimundo Colombo, colocar pessoas que vêm da iniciativa privada, de cooperativas, de plano de saúde, para dirigir a saúde pública no estado, porque isso não dá certo. Isso não dá certo como não deu certo.

A saúde pública é uma situação, o SUS é uma situação, a saúde privada é outra, a venda de plano de saúde é outra situação, e isso não combina.

Esperamos que a próxima pessoa que vá assumir a secretaria da Saúde, de fato, atue na saúde pública que precisa de mais investimentos.

O estado precisa fazer a sua parte, porque uma parte dos impostos, em torno de 22% ou 23%, fica no estado, e essa parte tem que ser investida em saúde, no estado. Não dá para se esconder atrás do novo Pacto Federativo, não dá para jogar a responsabilidade para frente, como a correção da tabela SUS, nós precisamos, sim, é assumir a responsabilidade que o nosso estado tem com a saúde pública. Então, é isso que esperamos, de fato, ou seja, visualizar a saúde.

Eu estive ontem conversando com o prefeito Daniel, lá do meu município, deputado Romildo Titon. O município está pagando R\$ 23 mil, R\$ 24 mil, R\$ 25 mil por médico, para trabalhar no posto de saúde. E eu imagino as regiões mais distantes,

como o nosso oeste catarinense, quanto vai ter que pagar para ter um profissional da área da saúde.

Então, ou se consegue levar profissionais para o interior, ou de fato eu concordo plenamente que tem que trazer profissionais que topem trabalhar no interior do nosso país. Porque o povo não tem culpa de estar longe das grandes capitais, e principalmente nesses anos todos não se formavam profissionais, não tinha universidades nas regiões do interior do nosso país. Mas felizmente o grande visionário, o ex-presidente Lula, criou 14 novas universidades, e vamos ter uma dessas universidades no interior de Chapecó, no estado de Santa Catarina, que vai formar médicos numa universidade pública, e quem sabe, depois de formados, fiquem nos municípios mais distantes, ajudando a conduzir esse belo programa que é o SUS e trabalhar na saúde pública.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Nilson Gonçalves.

(Pausa)

Na ausência do deputado Nilson Gonçalves, com a palavra o deputado Gilmar Knaesel, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Muito obrigado, sr. presidente e a todos que acompanham a nossa sessão, especialmente os telespectadores da nossa TVAL, da nossa Rádio Alesc Digital.

Estou subindo à tribuna para fazer uma menção de justiça ao nosso ex-presidente Joceli de Souza, da Fundação Catarinense de Cultura, um servidor público, de longa história e dedicação, indicado por nós e pelo PSDB para presidir esta fundação, homem de visão. Ele foi indicado para que esta fundação tão importante para o desenvolvimento da cultura de Santa Catarina tivesse um gestor, um administrador, em primeiro lugar, que entendesse das políticas públicas da cultura, já que estive nos últimos oito anos na secretaria de Turismo, Cultura e Esporte, onde acompanhou vários projetos na área da cultural, mas também especialmente

alguém que pudesse dar uma dimensão administrativa a Fundação Catarinense de Cultura.

Muitos confundem a Fundação Catarinense de Cultura com o CIC, imaginando que o CIC e a Fundação Catarinense de Cultura sejam uma única coisa, e ao mesmo tempo muitos confundem achando que esta fundação é só de Florianópolis, ou seja, que cuida apenas do desenvolvimento da cultura da nossa capital.

É claro que a nossa capital tem maior visibilidade, tem inúmeras ações na área cultural, mas a cultura através desta fundação é na verdade a administração de todo o desenvolvimento cultural do nosso estado. Portanto, administra nove casas a ela vinculadas como: o Museu Nacional do Mar, em São Francisco do Sul; a casa de campo do governador Hercílio Luz, em Rancho Queimado; o Museu Oceanográfico Casa dos Açores, em Biguaçu; O Teatro Álvaro de Carvalho; A Casa da Alfândega, no centro da cidade, da área do artesanato; a Biblioteca Pública, uma das instituições mais importantes e antigas de Santa Catarina; também a gestão recente agora da Casa José Boiteux, onde funciona a Academia Catarinense de Letras, e também o Instituto Histórico Geográfico de Santa Catarina; além do Museu Histórico, antigo palácio do governo; e o CIC.

São estruturas vinculadas à Fundação Catarinense de Cultura. E ao longo desses últimos dois anos, o presidente Joceli de Souza desenvolveu uma gestão forte para que essas estruturas pudessem ser renovadas, modificadas, equipadas, para um bom atendimento à cultura, especialmente à finalidade para que todas existem. Dentro disso, o Museu Nacional do Mar, que era administrado pela Associação de Amigos, agora, sim, gerenciada pela Fundação Catarinense de Cultura, onde 15 servidores efetivos foram lotados, através de concurso público.

A Casa Hercílio Luz, em Rancho Queimado, também recebeu reformas e hoje serve à comunidade local como escola de música e tantas outras atividades culturais que ela exerce. O Museu Etnográfico também teve sua estrutura recuperada.

O TAC também tem um problema na questão do telhado e recebeu melhorias. A Casa da Alfândega teve um novo cadastramento dos artesãos e hoje recebeu um novo impulso. A Biblioteca Pública está com projeto arquitetônico e complementares contratado para uma reforma completa. Da mesma forma, o nosso Museu Histórico, o Memorial Cruz e Sousa, tanto lutamos para trazer os restos mortais, também teve problemas e está em fase de execução. Especialmente o nosso CIC há dois anos estava em reformas e em tempo recorde foi entregue novamente à população. E teve um problema, sim, na questão de segurança, mas que no momento da sua reabertura nada disso foi identificado pelo Corpo de Bombeiros. Os problemas detectados, estavam em andamento, o que ocasionou uma grande celeuma sobre essa questão de um novo fechamento do teatro.

Mas, pasmem, logo após a sua renúncia, no dia seguinte, o Corpo de Bombeiros entregou o alvará de funcionamento, voltando à sua finalidade de casa de espetáculos de Santa Catarina. Mas volto a dizer que num passe de mágica não seria de um dia para outro fazer as reformas necessárias para adequação daquele instrumento tão importante. Portanto, já estavam trabalhando.

Srs. deputados, mais importante que todo esse trabalho de melhoria de infraestrutura foi também a dedicação do Joceli no que diz respeito ao Sistema Estadual de Museus, que foi reativado, um dos melhores modelos do Brasil. E temos mais de 200 museus instalados no nosso estado, que hoje fazem parte do Sistema Estadual de Museus, novamente funcionando. O Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas da mesma forma faz parte de uma política de parcerias entre as bibliotecas públicas municipais e a nossa biblioteca estadual, com a política estadual.

Quero destacar também o lançamento do Edital Elizabeth Anderle, do Edital do Cinema Catarinense e tantas outras ações que foram desenvolvidas nesses últimos dois anos em prol da cultura de Santa Catarina. Digo isso porque a impressão que se tem é que o motivo da saída do presidente

Joceli foi por incompetência, quando na verdade não foi isso. O que todos sabemos é que, infelizmente, a vida pública, a vida política, sempre é feita de dois lados: os que apóiam, os que incentivam, os que melhoram, os que têm um projeto visionários e aqueles que puxam para trás, aqueles que são contra tudo e todos e que ficam sempre esperando a oportunidade para se manifestar, e muitas vezes de forma silenciosa, de forma covarde, usando vários instrumentos, para poder denegrir a imagem de quem está trabalhando e está fazendo as coisas acontecer.

Mas quero aqui, como amigo e correligionário, falar, mais uma vez, desse trabalho realizado com a consciência muito tranquila. O presidente Joceli de Souza haverá de ser reconhecido pela área cultural, pois sempre valorizou todos os setores, tentando unificar as políticas novas e as políticas antigas numa valorização profissional, fazendo com que a cultura do nosso estado fosse fortalecida.

Hoje volto a afirmar isto: com o dever cumprido, ele entregou a sua carta de demissão ao governador Raimundo Colombo para que sua excelência pudesse ter a liberdade, e não o constrangimento... Porque a grande mídia, infelizmente, alvoroçou-se e utilizou-se também de informações de pessoas que alimentaram essa voracidade. Com isso, o ambiente ficou muito ruim e ele, para o bem do governo e para o bem também da sua própria estrutura familiar, resolveu pedir a sua exoneração.

Mas fica aqui, mais uma vez, o meu registro - e gostaria que ficasse incluído nos Anais desta Casa - do seu trabalho e da sua ética profissional. Em nenhum momento houve alguma dúvida sobre o seu trabalho no que diz respeito à ética e à condução dos recursos públicos. O que aconteceu, na verdade, foi uma movimentação de setores que tinham se utilizado desse mecanismo, infelizmente, de tentar derrubar as pessoas quando elas são inovadoras e quando são pessoas que trabalham.

Então, deixo aqui, mais uma vez, o meu registro pessoal, esperando que Joceli de Souza tenha uma vida feliz, com a consciência tranquila do dever cumprido.

Era isto o que eu tinha a dizer, sr. presidente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Não havendo mais oradores inscritos em Explicação Pessoal, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a presente sessão.

